



Biblioteca Breve

SÉRIE LÍNGUA PORTUGUESA

A LÍNGUA PORTUGUESA,
ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO

COMISSÃO CONSULTIVA

FERNANDO NAMORA
Escritor

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

ÁLVARO SALEMA

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

A língua portuguesa, espaço de comunicação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título
**A Língua Portuguesa,
Espaço de Comunicação**

Biblioteca Breve / Volume 85

1.^a edição — 1984

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação
reservados para todos os países

Tiragem
5000 exemplares

Coordenação geral
Beja Madeira

Orientação gráfica
Luís Correia

Distribuição comercial
Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão
Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio
de Veiga & Antunes, Lda.
Tr. da Oliveira à Estrela, 10

Junho 1984

ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
I / GRAMÁTICA E CULTURA.....	6
II / A ESCRITA: UMA SOCIOGÉNESE.....	18
III / “JÁ TIVÉRAMOS CONQUISTADA A LÍNGUA LATINA”	42
IV / “MAIS NOBRE É O VULGAR”	73
V / OS VÉRTICES DO HEXÁGONO: O ALCANCE DA NORMA	82
NOTAS	95
BIBLIOGRAFIA	105

I / GRAMÁTICA E CULTURA

Quando, em 1536, é publicada em Lisboa a *Gramática da Lingua Portuguesa* de Fernão de Oliveira (1) — gramática, diremos “avant-la-lettre” — mas antes, segundo o autor, uma primeira anotação da língua; quando, em 1539-40, são publicadas a *Cartinha* e a *Gramática* (2) de João de Barros — esta já uma verdadeira gramática, dotada de sistematização e dum carácter não só vincadamente pedagógico mas também normativo; quando, ainda, se publicam as primeiras *Cartinhas*, a do Bispo Frei João Soares, pregador de El-Rei e mestre dos Infantes, por volta da década de 40, e, no último quartel do século XVI, tratados de Ortografia, como o de Pêro de Magalhães de Gândavo em 1574, e o de Duarte Nunes de Leão, em 1576 — esses factos significam não o começo mas o termo de um longo processo cultural que, sem solução de continuidade, articula a Gramática do Renascimento com os seus criadores clássicos e também com aqueles a quem irão passar o testemunho. É, no fundo, o que resulta da análise de Michel Foucault (*Les Mots et les Choses*, Gallimard, 1966) ao postular a viragem

epistemológica de que um dos pilares é, no Renascimento e daí ao século XIX, até à instauração das correntes estruturalistas e pós-estruturalistas, a tomada de consciência da linguagem como objecto de formalização.

Efectivamente, não seria correcto fazer começar a história da filosofia e da linguística pelo Renascimento, porque o “renovo” da Antiguidade começara muito antes e podemos dizer que não sofrera interrupção. Os gramáticos do Renascimento, gramáticos da língua vulgar (3), acentuemos, são antes verdadeiros elos de ligação, garantes duma continuidade, mediante o aproveitamento duma herança. As suas inovações, por vezes *espectaculares*, no que diz respeito à terminologia e à audácia de repensar a formulação clássica-escolástica, decorrem de um novo contexto perante o qual não deixam de estar atentos, numa típica atitude *presencialista*.

A civilização grego-romana, na sua essência e em todas as expressões da sua vida, manifestara uma unanimidade, sem que possamos, com precisão, delimitar-lhe o início e o termo. Poderemos, talvez, defini-la, articulada segundo uma axiologia espaço-temporal.

A cultura, que nos empenhamos por compreender e penetrar, é uma unidade e como unidade tem de ser captada e interpretada.

Verificamos, portanto, que da gramática grega — já científica, se bem que ainda não uma ciência histórica, sobrevivendo talvez decadente ou menos criadora em Roma e em Bizâncio, — derivou a nossa ciência gramatical. A gramática grega é o modelo

“arquetípico” de toda a arquitectura gramatical moderna.

Efectivamente, quando Platão, no *Crátilo*, emite a opinião de que, “segundo a natureza, para cada ser existe uma designação exacta”, ele aborda já um problema de ordem especulativa que vai servir de ponto de partida a Aristóteles para a elaboração de todo um sistema de categorias que exprimem a constituição da frase, a sua divisão em unidades e classes de palavras. As categorias lógicas de *substância, qualidade e quantidade* estão claramente representadas e correspondem simetricamente às categorias gramaticais de *substantivo, adjectivo e advérbio*. Ora, nessa correspondência lógico-gramatical, condicionando-se reciprocamente, reside, a nosso ver, a fundamentação teórica da própria constituição da gramática, isto é, a sua natureza formal; aí reside também, por outro lado, a sua justificação pedagógica, de um ponto de vista pragmático e, de certo modo, substancial. A gramática converte-se, pois, no sustentáculo de todo o pensamento formal. Num parêntesis antecipativo, diremos mesmo que essa correspondência será um dos parâmetros da Linguística Moderna.

Ora, o facto de essa correspondência sistemática se dever, em primeira instância, a Aristóteles, garantirá, durante a Idade Média — aristotélica por definição — a conservação da correlação estabelecida entre a lógica e a gramática e a salvaguarda do pensamento formalizado. Assim, se a organização da Gramática Clássica, como sistema de pensamento, é legado grego, a sua construção como quadro ou estrutura sistemática, alcançada pelos Alexandrinos, assume uma projecção

divulgativa através dos gramáticos romanos, voltados para um pragmatismo que os leva a introduzir a Gramática no plano de estudos que, da época imperial, passará à Idade Média.

Na Europa ocidental, a Gramática antiga, na sua formulação latina, devia servir de sustentáculo ao ensino da língua, que sobrevivia no uso prático, como língua da Igreja universal do Ocidente, a Igreja católica. Ela seria, portanto, o veículo duma cultura que, parecendo destinada a uma ruína total, todavia resistiria insularmente, nas formas artísticas do discurso, produzindo uma “nova” literatura latina e preservando a tradição jurídica romana.

Simetricamente, segundo o eixo espacial, a língua e a gramática gregas desempenham um papel e ocupam um lugar semelhante na cultura bizantina da Europa oriental. A divisão do Império Romano em duas metades fora irreversível e provocara uma ruptura cultural articulada em torno de duas línguas de civilização — o latim e o grego, respectivamente. Ambas, provenientes de fonte comum — a ciência helenística da gramática, vinculada pela teoria das partes do discurso e pela etimologia à doutrina dos sofistas — criam, por sua vez, áreas culturais diferenciadas entre si mas internamente unitárias.

Essa fragmentação bipolar conhecerá uma tendência de reunificação após a queda de Constantinopla. O Ocidente revitalizará — de modo precário talvez — o interesse pelos estudos helénicos. Em Portugal, os estudos gregos conhecem também uma fase de aprofundamento e ampliação: um dos nomes é do de Vasco Fernandes de Lucena, tradutor de Xenofonte,

que dedicou a tradução de *Ciropedia* a Carlos o Temerário, filho de Isabel de Portugal (4).

Contudo, o Oriente e o Ocidente da Europa haviam já evoluído separadamente e construído culturas diferenciadas, de cariz próprio e fisionomia específica. Era já demasiado tarde para promover um unitarismo cultural. No Ocidente, em que a Igreja escolhera para seu uso, quer litúrgico quer evangelizador, a língua latina literária, a Gramática e a Retórica foram salvas pela Escola Cristã, e com elas um resto da cultura “enciclopédica” antiga nas Sete Artes Liberais da Universidade medieval.

Com efeito, no limiar da Idade Média, os mosteiros do Reino Franco e das Espanhas tornam-se os centros culturais em que se salvam da conquista árabe as ruínas da cultura mediterrânica. Daí, a preocupação prioritária dos concílios hispânicos quanto à organização das escolas paroquiais e episcopais. Em 527, o Concílio de Toledo havia decidido a constituição de internatos de clérigos, formados desde a tenra idade na *domus ecclesiae*. O quarto Concílio de Toledo, em 633, torna o percurso escolar mais exigente. Aí são formados homens como Frutuoso, Martinho e Leandro de Braga que, segundo as prescrições de Isidoro de Sevilha, deviam, antes de mais nada, “conhecer satisfatoriamente a gramática para compreender, sem o auxílio da pontuação, onde termina um grupo de palavras, onde a frase fica em suspenso e onde, finalmente, se completa do sentido” (5).

Ao examinarmos a programação curricular da escola medieval, verificamos que a ciência gramatical, é a partir de Isidoro, durante toda a Idade Média, apoiada

sobretudo pelos manuais de Donato e Prisciano, a fonte primeira da sabedoria e da lucidez. Só depois de conhecidas as principais regras do latim o aluno passa a interpretar poetas e historiadores, como Virgílio, Estácio, Terêncio, Horácio, Ovídio, Lívio. De tal modo, que alguns letrados consideram excessiva a importância da Gramática. Raoul Gilbert refere que em Itália esse excessivo culto levava à negligência das outras artes: a Gramática, por antonomásia, a gramática latina, é, portanto, a ciência omnipresente e onnipotente. Segundo Isidoro ainda, ela é o fundamento das belas letras, a mãe gloriosa da eloquência, a ama de todas as artes.

A imprensa, introduzida em Roma na segunda metade do séc. XV, abre, naturalmente, uma época nova. Começa, pois, a fazer-se sentir o desejo de reproduzir textos que falassem uma linguagem acessível a um público infinitamente mais vasto. Ora, é significativo notar que o advento da imprensa coincide cronologicamente com os primeiros gramáticos italianos. As *Regole*, primeira obra gramatical, depois do “pioneirismo” linguístico de Dante, são de cerca de 1498. A *Gramática Castellana*, de António de Nebrija, aparecera em 1492. Significativo parece também o facto de a imprensa promover e exigir uma uniformidade regulamentar da Ortografia, até então anárquica e caprichosa.

Durante o séc. XV, assiste-se, portanto, a um progressivo movimento de imposição do uso do vernáculo, em concorrência com o latim, nos níveis literário, científico e administrativo. Previsões e decretos visam à paulatina mas definitiva substituição

do latim pelas línguas vernáculas ou vulgares. Generalizam-se as traduções, com privilégio para Cícero, Tito Lívio, Virgílio, Horácio e Plínio. Os homens do Renascimento são conduzidos à chamada “questão da língua” e, logo, à *revisão* do conceito e do esquema gramatical, que terá de corresponder à feição diferenciada das línguas modernas em relação ao latim.

É o que faz entre nós, de modo notavelmente crítico, João de Barros, cuja revisão crítica expressivamente se manifesta através da sistemática comparação entre *nós* (os românicos) e *eles* (os latinos). Não se trata, portanto, no Renascimento, de tentar reviver e admirar passiva e acriticamente o passado clássico. Trata-se, principalmente, de revestir esse legado numa arte nova. Assim, se alguns, intransigentemente, se agarram à velha tradição humanística, e defendem à ponta de espada a primazia do latim, nós vemos que essa defesa é vã, e que, à partida, a causa está perdida. As línguas vernáculas abriram definitivamente caminho, e de balde Romolo Amaseo em 1529, pronuncia duas orações *De Língua latina usu retinendo*. Ariosto, Machiavelli, Bembo, reconhecem e defendem o vernáculo como língua nacional.

Atingindo as línguas modernas uma maioria, no momento de plenitude do Renascimento, é aí que se situam os *domínios* da Gramática moderna. O termo *Gramática* deixa de ser, por antonomásia, a gramática latina. Pela primeira vez, embora a princípio timidamente, se preconiza a prioridade do ensino gramatical da língua materna. É o que significam as palavras de António, no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de 1540: “se eu não soubera da gramática

portuguesa o que me vossa mercê ensinou, parece-me que em quatro anos soubera da latina pouco e dela muito menos. Mas com saber a portuguesa, fiquei alumiado em ambas” (6).

Em Espanha, Pedro Simón Abril propõe a Filipe II a conveniência de se proceder ao ensino das várias matérias em língua vulgar e de se ensinar aos meninos a gramática espanhola antes da latina, o que, efectivamente, representava uma fractura em relação à tradição pedagógica anterior.

As línguas modernas parece estarem, pois, definitivamente codificadas nos finais do séc. XV, o *bom uso* definido a partir dessa codificação — gramática — e, finalmente, o contexto cultural exige que a gramática assuma um carácter normativo.

O séc. XVII voltar-se-á, preferentemente, para a lexicografia: em 1612, a Accademia della Crusca publica o seu *Vocabulário Toscano*; a Academia Francesa, sob Richelieu, iniciou a elaboração de dicionários e gramáticas oficiais. Em Portugal, precocemente, surgira, em 1563, o *Dictionarium Latino-Lusitanum e Lusitanum-Latinum*, de Jerónimo Cardoso, publicado em 1570. Quase ao mesmo tempo, os Jesuítas publicam o *Dictionarium Latino-Lusitanum ac Japonicum*.

Entretanto, em 1606, a *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, incluiu já longas listas vocabulares. O *Dicionário* de Morais Silva sairá em 1789, enquanto, em 1793, a Academia Real das Ciências de Lisboa iniciará, malgradadamente, a

redacção do seu Dicionário, interrompida no final da letra A.

Por seu lado, os estudos gramático-linguísticos, ao avançarem, conhecem uma profunda alteração de conceitos. Ao concretismo pragmático e presencialista do Renascimento, equilibrado na serenidade clássica, sucede a “dor do tempo”, que caracteriza a crise espiritual, religiosa e social do Barroco.

A dialéctica dramática que se exprime pelo binómio interrogação/resposta, abre caminho para a pesquisa teleológica. A etimologia, desprestigiada e ironicamente ou timidamente abordada pelos Renascentistas, como ciência dos *poucos doutos*, segundo a irreverente expressão de Fernão de Oliveira, é, na nova formulação linguística, *a busca das Origens*. Em 1669, é publicada em Paris a obra *Origini della lingua Toscana*: em 1606, Nunes de Leão publicara a *Origem da Lingua Portuguesa*.

Essa dialéctica inicia-se nos tempos modernos, em que se esboça a luta contra a lógica anstotélica, em que se rejeita o dogmatismo, em que se opera, em suma, uma revolução filosófica através duma ruptura epistemológica. À lógica aristotélica é recusado o direito de se intitular a *sistemática do espírito*.

A correspondência, a aliança, até, entre a língua e uma gramática universal, é a pedra de toque da nova formulação. A partir daí, com Lorenzo Valla em Itália, Vives em Espanha, Pierre de la Ramée em França, tenta romper-se o equilíbrio da filosofia aristotélico-escolástica. O cartesianismo lançou uma nova luz sobre a teoria da linguagem, buscando o ideal dum saber unificado. E, ao lado da *mathesis universalis*

surge o conceito de *lingua universalis*. Ao lado da filologia empírica, vai surgir uma nova forma universal de gramática. O estudo da linguagem é posto na presença imediata do problema central que domina o conjunto da história espiritual do séc. XVII, o problema da *subjectividade*, que tenta afirmar-se através duma visão mais larga e mais profunda da realidade arrancando-a aos estreitos limites conceptuais dum empirismo psicológico, fazendo-a sair, em suma, da esfera da simples existência contingente e da actividade arbitrária, para reconhecer a sua “forma” especificamente espiritual.

O problema da linguagem e, em consequência, da sua redução a quadros gramaticais coerentes, surge no conjunto duma metafísica universal do espírito. Logo, ao problema específico, já colocado anteriormente, da origem das línguas vulgares, vai suceder-se o problema da origem e essência da linguagem humana, como capacidade universal, numa perspectiva racionalista e filosófica.

A “gramática filosófica” de Port-Royal é o corolário desta nova perspectiva. Surgida em 1660, ela inicia a tradição duma gramática filosófica, fundamentada na teoria cartesiana. A Escola de Port-Royal, frutificando em Paris e Beauvais, com Charles Rollin, já em meados do séc. XVIII revolucionaria o método gramatical e iria impor-se como formulação teórica capaz de cobrir toda a realidade linguística, a nível universal. O eco dessa nova formulação atinge o pragmatismo da programação escolar. É índice desse facto, em 1759, o *Regulamento para professores de Gramática, Latim, Grego, Hebreu e de Retórica*, para uso das escolas, em que se preconiza

o método de Port-Royal e se recomenda o manual de Charles Rollin (7), pedra basilar da Reforma pombalina.

Em 1784, o editor da tipografia Rollandiana, reedita, sobre a 1.^a edição, a obra de Duarte Nunes de Leão, dizendo: “Nestas duas obras (*Ortographia* e *Origem*) têm muito de que se aproveitar os que se abalançarem ao desempenho do Programa da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre a *composição de uma gramática filosófica de língua portuguesa*” — gramática notoriamente inspirada no prestigioso modelo de Port-Royal, de que houve aliás, algumas tentativas de maior ou menor alcance.

A Gramática continua, pois, o seu percurso metodológico da formalização do pensamento: a Gramática de Port-Royal é o termo dum longo caminho de sucessivas mas ininterruptas formulações, e está, de certo modo, presente na linguística moderna. Chomsky, consciente dessa filiação, afirma: “Mencionei anteriormente que há impressionantes semelhanças entre o clima de opinião do séc. XVII e o da psicologia cognoscitiva e da linguística contemporâneas. A gramática filosófica assemelha-se muito de perto à gramática generativa corrente” (8).

Ao chegar ao fim deste itinerário — necessariamente breve — da ciência gramatical, no momento em que assistimos a um abandono muitas vezes sistemático do ensino da gramática, a nível pedagógico, parece oportuno deixar algumas perguntas, à espera de resposta:

— Estaremos, neste preciso momento, perante uma degradação da gramática como disciplina?

— A sua eliminação total da *praxis* aos níveis pedagógicos será sintoma dessa degradação?

— Ou, pelo contrário, essa eliminação significará uma re-aristocratização da gramática, a sua redução a ciência de poucos, os privilegiados do pensamento formal?

II / A ESCRITA: UMA SOCIOGÊNESE

A origem da escrita (donde o conceito de *gramatologia*, termo empregado pela primeira vez por I. J. Gelb ⁽⁹⁾) é identificada com a origem da linguagem: *ler* e *escrever* são definitemas dum conceito complexo. E, todavia, a escrita surge como um substituto imperfeito e perigoso, infeccionado pela “*mysère orthographique*” (de que fala Vendryes ⁽¹⁰⁾), baseado sempre na *diferença* ⁽¹¹⁾ — alteridade — e no ardil. Surge como um suprimento, a partir duma visão contrastiva entre uma substância auditiva e uma substância visual. Assim, a Gramática que, num plano mental, nascera com a lógica, sucedendo à averiguação especulativo-filosófica pura, separa-se dela para se infixar numa diferença e nasce, em segundo nascimento, num plano técnico, com a Gramatologia. Assenta num axioma base, a partir do momento em que a cultura ocidental faz a grande opção dum alfabeto fonético e supõe, num itinerário explorativo, a indagação, em primeiro lugar, do nível fonológico da linguagem, isto é, da sua segunda articulação.

Ora, as várias modificações verificadas na evolução da escrita dependem de dois estratos presentes no acto da escrita: as primeiras, do estrato caligráfico; a última, do estrato da *diferença* ou *correspondência*, isto é, da relação contrastiva entre som e grafema, resultante da análise fonológica. Este nível de análise, com efeito — análise da segunda articulação — tal como a define Martinet por oposição à primeira articulação da linguagem, supõe já não só um grau de abstracção como um grau de secundaridade notável, já que a escrita é um sistema auxiliar, criado pelo pensamento, signo de signo, significante de significante. É, no fundo, uma técnica ao serviço da linguagem e o primeiro passo para a formação duma *ars*, com tudo o que ela implica de doutrinação e também de aplicabilidade: *ars* que vai traduzir-se na criação da ciência gramatical, potenciando a forma metalinguística do discurso. A secundaridade da escrita já está claramente definida por Aristóteles, ao afirmar que os sons emitidos pela voz são símbolos da realidade e as palavras escritas símbolos dos sons emitidos. Não são portanto as coisas que são submetidas a discussão, mas os “símbolos” das coisas, isto é, as palavras. É, aliás, este o fundamento da linguística estruturalista moderna, que define a linguagem como sistema de signos e a linguística como ciência de signos. Se, porém, nos debruçarmos sobre a reflexão aristotélica, veremos que, na verdade, quanto a nós, a escrita será mais do que uma instância secundária: ela é, na verdade, uma instância *terciária*, já que as paixões da alma — instância primária — são “simbolizadas” pelas palavras emitidas pela voz — instância secundária — e

finalmente estas “simbolizadas” pela escrita, instância terciária e também alternativa.

A mesma base operatória, isto é, a análise ao nível da segunda articulação, presente na translação do alfabeto fenício para a escrita grega, introduzida em Atenas no princípio do séc. V a. C., preside à constituição dos alfabetos itálicos, provenientes do grego e donde, provavelmente, por intermédio do etrusco, se formará o alfabeto latino (12). Este oferecia apenas cinco vogais (das oito gregas), sem distinguir longas de breves. As dezassete letras alfabéticas que formavam a mítica grafia evandriana (13), não eram suficientes para corresponder à estrutura fonológica do latim. Por outro lado, se faltavam letras, outras eram “ociosas” e eis, portanto, novamente em jogo uma análise de segunda articulação que vai permitir suprir as inadequações dum alfabeto de origem estrangeira ao ser aplicado a um novo sistema linguístico, numa estratégia que poderemos chamar desenvolvimento ou expansão alfabética: com efeito, por uma translação, esse alfabeto, que provém dum espaço exterior, efectua uma trajectória e instaura uma ordem nova que se erigirá como um novo espaço cultural. Contudo, o suprimimento dessas inadequações será sempre imperfeito, não obstante os esforços, desde Diógenes da Babilónia até Ácio, através dos métodos da dialéctica estóica, para resolver o inconciliável: a antinomia entre a escrita e a leitura, entre grafema e fonema. É que, de facto, a escrita é sempre uma instância de imperfeição: é sempre uma aproximação, um revestimento mal ajustado a uma realidade diferente. É a irrupção do de fora no de dentro (14).

Assim, cremos que, de facto, a formação da Gramática deve ser buscada no momento que precede a invenção do discurso metalinguístico. Deve procurar-se na sua “pré-História”, quando o homem reage contra a inquietação dum devir portador da precaridade da linguagem oral e encontra numa “artificial técnica” o meio de exorcizar essa precaridade, conferindo fixidez e permanência a uma realidade lábil e fugidia. É por isso que as teses teológicas relativas à origem da linguagem têm a sua réplica nas que se referem à origem da escrita, acção restrita, reservada a iniciados, sacerdotes e fundadores duma nova ordem, antes que a des-sacralização da escrita instituisse os alfabetos laicos, património generalizado pelo uso comercial e burocrático.

Vai ser essa, simetricamente, em suma, a situação com que deparam, não ainda os gramáticos das línguas românicas mas, antes deles, os anónimos e humildes copistas, escrivães e tabeliães, que possuem um alfabeto — o latino — já longamente e de modo quase perfeito adaptado à língua latina. Não obstante a extensa e prestigiosa tradição que o consagrara, ele apresenta-se ainda sujeito a uma certa flutuação, que varia entre as 21 letras e as 22 (com inclusão de Z e Y), apesar de estes dois caracteres haverem sempre sido considerados como letras “peregrinas” (15). É, portanto, esse alfabeto que eles se vêem obrigados a utilizar para registar as línguas “bárbaras” do Ocidente cristão, oscilantes, fragmentadas e hesitantes ainda. São esses homens obscuros e sem nome que vão elaborar uma doutrina empírica — “laboratorialmente” ensaiada no interior dos *scriptoria* — transmitida por ensino

directo, semelhante a uma tradição oral e aceite por consenso. Ora, essa doutrina parte, inevitavelmente, duma análise da segunda articulação da linguagem. Eles vão solucionar, mediante essa análise, ou, pelo menos, vão equacionar os problemas que na sua maior parte serão legitimados pelos gramáticos que, a partir do Renascimento, imprimem às línguas respectivas uma fisionomia definitiva, ainda que passando por propostas que, acaso, o uso e a doutrinação posterior (algumas vezes bem menos audaciosa) rejeitarão. Efectivamente, numa apreciação global da situação, verificamos que o séc. XVI foi o século das grandes criações — ou tentativas — gramaticais em geral e ortográficas em especial. Ao terminar o século, podemos dizer que “os dados estão lançados” e a fisionomia ortográfica delineada na sua feição moderna, após um estudo reflexivo do “certo e do errado”. Vai, enfim, projectar-se o estabelecimento duma *norma*, baseada no uso e na autoridade, a partir de definição do justo, do legítimo e do correcto, após a superação conseguida pela instauração dos *modelos*. É assim e por isso que Duarte Nunes de Leão, embora na transição de um século para outro é, notoriamente, pela estrutura do seu pensamento, um homem do séc. XVII, representa já um novo universo mental e lógico: podemos, pois, dizer que a década de 1540-1550 marca o encerramento nítido de um processo — de pesquisa e de “experimentalismo”. Representa, afinal, uma nova atitude de dinamismo e destemor, o “espírito de rebelião” de que fala Eugénio Garin. Criador do universo baseado na realidade circundante a cada passo inventada, o séc. XVI aparece, na história, como o

momento das grandes opções e dos grandes alcances — da confrontação com o real.

Mas tomemos como testemunho a figura, talvez modesta se a compararmos com as figuras gigantescas de alguns dos humanistas do século, de Pêro Magalhães de Gândavo.

Nasceu em Braga, filho de pai flamengo, origem de que dá conta o nome *Gândavo*, derivado do topónimo alatinado *Gandavum*, Gand, cidade da Flandres com a qual Portugal mantinha estreitas relações comerciais, e que era conhecida com o nome de Gante ou Guante (16). Foi, contudo, na sua província natal de Entre Douro e Minho, região “conservador da semente portuguesa”, como lhe chamara João de Barros (17) que Pêro de Magalhães de Gândavo, que entretanto ocupara também o cargo de copista da Torre do Tombo, foi casado e ensinou latim e, obviamente, português.

Apesar de pouco sabermos sobre a sua preparação escolar, a verdade é que a sua obra, ainda que exígua, testemunha que o humanista estava a par do panorama literário português do séc. XVI, mencionando, com entusiasmo adequadamente hierarquizado, os poetas e humanistas que assinalaram o movimento intelectual do tempo, desde Sá de Miranda a Luís de Camões, passando por André de Resende e João de Barros. Apreço talvez recíproco, como fazem pensar os tercetos e o soneto que, servindo de prólogo à sua *História da Província de Santa Cruz* (1576), constituem uma homenagem de Camões ao autor.

Embora uma parte da sua vida tenha decorrido, pois, em Entre Douro e Minho, o percurso biográfico de Pêro de Magalhães leva-o por duas vezes ao Brasil,

resultando, de cada uma dessas estadias, a redacção de uma obra de conteúdo brasileiro, as quais fazem do mestre de Braga o primeiro historiador do Brasil, muito provavelmente fonte, com José de Anchieta, por exemplo, da obra de Jean de Léry ou Ioannis Lerius que, em versões e traduções várias, difunde, através duma Europa ávida, as primeiras imagens dum mundo novo e pujante.

Assim, o *Tratado da Província do Brasil* que se manteve inédito até ao séc. XIX ⁽¹⁸⁾, deve ter sido redigido por volta de 1569, data provável da sua primeira estadia no continente sul-americano, e a *História da Província de Santa Cruz* em 1576, aquando da sua segunda estadia, em que desempenhou o cargo de Provedor da Fazenda da Capitania de S. Salvador da Baía. Ambas essas obras constituem não só uma exortação pragmática ao povoamento, mas uma primeira homenagem europeia, através duma visão euforizante, ao país do *genus angelicum*, o grande mito que alimentará o pensamento utópico do séc. XVII, e que encontrará como arautos, entre outros o jesuíta António Vieira e o franciscano Mendieta. Todavia, a primeira dessas obras só tardiamente conhecerá a difusão da imprensa. O *Tratado* é publicado pela primeira vez em 1826 pela Academia Real das Ciências, na *Colecção de notícias para a História da Geografia das Nações ultramarinas* e a *História*, após a primeira edição de 1576, apenas é republicada em 1858 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, no mesmo ano, também pela Academia Real das Ciências.

Parece, pois, existir uma paradoxal desproporção entre o desinteresse — pelo menos em Portugal — pela obra histórica de Gândavo e o que poderíamos considerar o “êxito” editorial dos seus dois opúsculos de conteúdo linguístico e gramatical. Essa desproporção terá, talvez, explicações histórico-sociológicas que, por saírem do âmbito deste texto, não discutiremos mas apenas propomos: por um lado, o relativo desinteresse pela Terra de Vera Cruz, à qual, apesar das tentativas não de todo conseguidas de D. João III, só D. João V irá dar atenção aguçada por um imediato interesse económico. Por outro lado e pelo contrário, a estimulante colocação dos problemas linguístico-gramaticais durante o séc. XVI e a partir das obras-padrão de Fernão de Oliveira e de João de Barros, bem como, num aspecto menos técnico mas não menos decisivo, a polémica envolvente da “Questão da Língua”, na qual se empenham poetas e humanistas.

Eis porque nos parece que as duas zonas que a obra de Gândavo abrange — a zona histórica e a zona linguístico-gramatical — tiveram diferente e significativa fortuna editorial. Com efeito, a divulgação e a democratização cultural permitida pela imprensa projecta-se, através da obra de Gândavo, no sentido duma circulação que ultrapassa largamente os circuitos da educação palaciana e aristocrática (“background” da obra de Barros) e também a especialização, por vezes polémica, da de outro dos gramáticos do séc. XVI: Fernão de Oliveira: *As regras que ensinam a maneira de escrever a Orthographia da Língua Portuguesa*,

com hum Diálogo que adiante se segue em defensão da mesma língua.

Trata-se, em confronto com a obra dos seus dois antecessores, dum breve trabalho de proporções reduzidas e de intenções modestas que, na edição de 1592, a terceira, vem publicado “acostado” ao tratado de escrita de Manuel Baratta e a “hum tratado de Arismetica”. E, contudo, se atribuímos à sua obra a dimensão dum instrumento divulgativo, esse facto é decerto comprovado pela circunstância de, durante o séc. XVI, ter sido o único, da tríade dos gramáticos, portugueses, a ter mais de uma edição: a de 1574, edição princeps, por António Gonçalves; a de 1590, por Belchior Rodrigues; e, finalmente, a de 1592, por António de Siqueira, a qual, por circunstâncias histórico-políticas circulará em duas versões, mercê, como veremos adiante, dum processo de censura *a posteriori*.

De facto, dirigindo-se ao “discreto e curioso lector” (19), ele tem em vista “toda pessoa que escreve” (20), a quem convém “saber bem guardar a orthographia, pondo em seu lugar as letras e os accentos necessários que se requerem no discurso das escripturas” (21). Assim, trabalhou “por comprehender em breves palavras... pera com ellas aproveitar a toda pessoa que as quiser seguir” (22). Mais significativo ainda, ele escreve “pera os que não são latinos” (23). Se compararmos esta posição com a assumida no discurso contido na Gramática de João de Barros e na mais prolixa exposição de Fernão de Oliveira, obras nas quais intervém, como suposto, o conhecimento ou, pelo menos, a notícia das línguas grega, hebraica e latina,

além do árabe e das línguas românicas e até exóticas; se, sobretudo, examinarmos os pressupostos culturais do interlocutor de João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, facilmente reconheceremos uma profunda e significativa alteração, ou antes, alargamento do projecto.

Aliás, Gândavo define mais claramente esse projecto quanto ao estatuto cultural dos seus destinatários:

“E por esta razão quis nellas (regras de orthographia) dar algũs exêplos, para que assim ficassem mais claras, cõ menos trabalho fossem entendidas de qualquer pessoa ainda que nam tenha (como digo) intelligencia de latim. Porque se meu intento fora somente aproveitar com ellas aos grammaticos, ouvera os taes exemplos por escusados; pois está claro não serem necessarios senão a estes que escassamente sabem que cousa he nome e que cousa he verbo” (24).

O Diálogo em defensam da lingua Portuguesa, que se segue à ortografia, assume-se igualmente como um discurso “popularizante”, em que a própria matéria da argumentação se desenvolve de modo adequado ao estatuto cultural já definido: “(se no qual desapassionadamente quiserdes pôr os olhos, (...)) achareis que em muitas partes faz ventagem à vossa (língua castelhana), como logo vos posso mostrar em hum vocabulo que agora me lembra (...) e he que dizemos olhar, e vós mirar: pois se o instrumento com que vemos chamamos olhos, com razão dizemos olhar e vós chamais ojos, e vós dizeis mirar. O qual verbo não pode ser conveniente, nem conforme a sua significação, sem dizerdes ojar, ou chamardes aos olhos miros” (25).

Assim, num discurso simplificado, num tom afastado de qualquer conotação aristocrática, a obra de Gândavo, a única de que o público destinatário justificou, no século XVI, três edições, avançou um largo e decisivo passo na via aberta pelo livro impresso, instrumento poderoso do acesso de muitos a um espaço cultural até então de poucos.

Com efeito, a introdução da imprensa apresenta-se como um instrumento novo que vai proporcionar ao próprio acto comunicativo uma força até então insuspeitada, perante a qual a primeira reacção é quase a dum temor reverente. Significativo o testemunho de certo modo ingénuo de Garcia de Resende, na imediatez dum primeiro encontro, que inclui a tipografia entre as maravilhas ou “monstros” do seu tempo — tempo que com a mais aguda percepção ele identifica como um tempo de viragens e rupturas:

“E vimos em nossos dias
ha letra de forma achada
com que a cada passada
crescem tantas livrarias
e a sciencia he augmentada.
Tem Alemanha louvor
por dela ser o auctor
daquesta cousa tam digna.
Outros affirmam na China
o primeiro inventador” (26).

Aprendiz de feiticeiro, o humanista está, de certo modo, ultrapassado e subjugado por uma técnica que avançou talvez a um ritmo imprevisível e incontrolável. A ortografia submete-se, pois, de algum modo, a uma tecnocracia dominadora e imparável. À anarquia

ortográfica do escrivão, sujeito à sua imaginação e até a projectos e iniciativas individuais, por vezes caprichosos e discordantes ou mesmo dependentes da fantasia ornamental e simbólica do espírito medieval, sucede a supremacia da vaga tipográfica avassaladora e tão capaz de recusar propostas como de impor costumes. Sempre, porém, no sentido duma regularização. E essa regularização passa pela atribuição de valores adequados aos símbolos alfabéticos, isto é, em suma, ao estabelecimento de um alfabeto.

Assim, essa “arte (que) vem novamente à Terra” (27) constitui uma pressão tecnológica que, de certo modo, controla e condiciona as opções teóricas dos humanistas e gramáticos. Kukenheim, efectivamente, afirma, em relação ao caso francês: “Au début du XVI^e siècle l’écriture relevait (...) plutôt de la typographie” (28) Em Itália, Gelli, por exemplo, numa Carta ao Cardeal de Ferrara, observaria que tinha “lasciato la cura della ortografia allo stampatore”. E, quanto à situação castelhana, Valdés, no seu *Diálogo de la Lengua* afirma, atenuando as suas críticas a Nebrija: “Quanto a la ortografía no digo nada, porque la culpa se puede atribuir a los impresores y no al autor des libro”. O impressor é, portanto, aquele que detém a técnica e, com ela, o poder de ditar a lei ortográfica, resistindo, por vezes inquebrantavelmente, às tentativas reformadoras com base nas posições doutrinárias dos teorizadores da língua. A essa resistência teremos, porventura, ficado a dever a efemeridade do sistema proposto por João de Barros, bem como a ainda maior

efemeridade do sistema de Fernão de Oliveira, sistemas que, ambos, continham reformulações importantes na constituição do alfabeto que pretendiam capaz de corresponder às realidades fonológicas da língua.

Observa-se, pois, que na *Gramática* de João de Barros (de que consideramos parte a *Cartinha*, sua introdução) aparece por quatro vezes a indicação e até a descrição do alfabeto. Mas, paradoxalmente e à primeira vista, nunca de modo coincidente. Na *Cartinha* é apresentado em primeiro lugar um alfabeto figurado, em que cada letra é acompanhada dum pequena imagem em cujo nome existe, como primeira, a letra a designar: *árvore* (para o *a*), *besta* (para o *b*), etc.

Um alfabeto do mesmo tipo faz também parte da *Cartinha* do Bispo de Coimbra, Frei João Soares, correspondendo, portanto, a uma matriz-tipo que, ainda que não a mesma matriz, aparece em obras da mesma espécie e não resulta necessariamente dum criação especificamente destinada *àquela* ocorrência. Pelo contrário, parece provir dum tradição pedagógico-didáctica e simbólica anterior. Cotejando os dois alfabetos figurados, verificamos que o alfabeto da *Cartinha* de Frei João Soares contém apenas vinte e uma letras, visto não fazer parte dele o *x*, representado na *Cartinha* de Barros pela figura “xarroco”, que perfaz, portanto, o total de *vinte e duas letras*. As gravuras não são as mesmas, mas correspondem a idênticas simbolizações:

a — árvore	c — cesta
b — besta	d — dado
	etc.

Ora, o alfabeto ou “abece das figuras”, como lhe chama Frei João Soares, não corresponde na *Cartinha* do Bispo de Coimbra ao alfabeto não figurado que encabeça a primeira página da sua *Cartinha* e que apresenta vinte e nove letras, contando com as duplicações das letras *a, d, r, s* e *v*. Essas duplicações não aparecem no alfabeto “das figuras”. Idênticas divergências se verificam nas várias edições da *Cartinha* de Frei João Soares que tivemos possibilidade de examinar (29).

De facto, ao examinarmos a constituição do alfabeto figurado de Barros, reconheceremos desde logo que ele se afasta da doutrina repetidamente exposta e discutida ao longo da *Gramática*. O “alfabeto figurado” consta das seguintes letras, que formam aquilo que se chamará *alfabeto latino*, sendo no entanto concorrente com outro alfabeto “latino” em que não figura o *k*:

a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, x, z.

Consta, portanto, de vinte e duas letras e coincide com os alfabetos caligráficos que existem nos pequenos e numerosos tratados para o ensino da escrita que circulam no espaço cultural-europeu romano-saxónico.

Ora, este alfabeto das vinte e uma ou vinte e duas letras é aquele que a arte da impressão acolhe nas suas matrizes e representa uma simplificação em relação aos complicados alfabetos que, nas audaciosas propostas de Fernão de Oliveira e João de Barros, atentos à realidade fonológica, atingem o número de trinta e uma e até trinta e quatro “letras em figura”. Este número, aliás, o mais elevado, é obtido pela contagem de \sim (*til*) como “figura” de letra, além da inclusão de signos gráficos

diferenciados para as vogais abertas e fechadas, para *i/j* e *u/v* e ainda dos dígrafos *ch*, *nh* e *lh*, e de *ss* e *rr*.

Do exame contrastivo dos diferentes alfabetos propostos e, ao mesmo tempo, dos silabários que constituem, diremos, a *praxis* alfabética, julgamos poder extrair, em última análise, duas conclusões importantes. Em primeiro lugar, que os homens do séc. XVI (e não só aqueles a quem podemos atribuir o título prestigioso de humanistas) se encontravam envolvidos num processo de descoberta no qual audaciosamente se empenham. Sem preconceito e sem sujeição. Em segundo lugar, concluiremos também que nesse processo de descoberta — ou invenção — está presente uma consciência linguística cujo primeiro vector aponta para uma consciência fonológica a qual, no entanto vai rapidamente obliterar-se em favor da “normalização” imposta pela técnica tipográfica.

É certamente por isso que Magalhães de Gândavo apresenta o seu alfabeto “internacionalizado”, formado por “vinte letras, ou vinte e hũa, com este *y* grego e fora *h* que lhe não chamam os latinos letra senão aspiração” (30). Parece, pois, conformar-se com o alfabeto latino das vinte e uma letras. Não enfileira, muito pelo contrário, nas propostas graficamente inovadoras e de feição fonologista, não se afeiçoando à inclusão dos dígrafos como *ch*, *nh*, *lh*, *rr*, *ss*, nem das novas vogais preconizadas por Fernão de Oliveira, *α*, *α*, *ω*: limita-se ao alfabeto “internacional” da tradição latino-romana: o uso dos acentos, com o qual transigirá, e que fizera parte da doutrinação de João de Barros, não altera a fisionomia já fixada e, no fundo, inalterável, do velho

alfabeto latino. O carácter recessivo da proposta de Gândavo, parece, pois, evidente. Opúsculo que podemos considerar como um “prontuário” ou guia ortográfico de características acentuadamente pragmáticas, mais do que uma obra doutrinária, mantém-se dentro de um critério de regrada prudência, avesso a propostas demasiado discutíveis ou até polémicas. Note-se, ainda, que os *Exemplares de diversas sortes de letras* de Manuel Baratta com que o pequeno tratado de Gândavo andou editado, apresenta os alfabetos segundo idêntico critério, apenas acrescentando em alguns casos as variantes caligráficas de *s* e de *r*.

Do exame comparativo dos alfabetos propostos durante o séc. XVI, parece resultar com clareza que, se os *abêcês* de Fernão de Oliveira e de João de Barros representam uma expansão, o de Magalhães de Gândavo, pelo contrário, representa o que chamaríamos contracção ou recessão alfabética, ao retomar a substância gráfica do alfabeto latino. A sua proposta marca, na verdade, uma regressão em relação aos projectos anteriores. A estrutura em mudança, sentida como tal nos meados do século, converte-se, no seu último quartel, numa estrutura estável.

Se os seus dois antecessores quinhentistas, por exemplo, haviam adoptado as designações de *grande* e *pequena* respectivamente para as vogais *abertas* e *fechadas*, divergindo, no entanto, quanto à sua representação gráfica, verifica-se que Magalhães de Gândavo renuncia a tais designações e omite a distinção fonológica brilhantemente anotada pelos gramáticos de 1536 e 1540. E se, como já dissemos, transige quanto à utilização dos acentos sobre “algũas letras”, limitar-se-á

àquelas que tiverem “duvidosa significação” (31), pista aliás também já aberta por Barros: “nam escrevendo as dições onde cada um sérve, ficariam anfibológicas e duvidósas, dádo que o modo da construíam as máis das vezes nos ensine a tirár ésta anfibologia” (32). Assim, o uso de acentos é, para Gândavo, fundamentalmente, uma função gráfica distintiva e impeditiva da homonímia, ferindo, todavia apenas a sílaba tónica. Escreve ele: “Também hã muitos verbos que não se sabe se falão do tempo passado se do porvir: e pera se tirar esta duvida, quando falarem do tempo passado, se porâ o accento na penultima, que não he a derradeira sylaba, senão a que estâ antes della, assi como alcançára, louvára, agradecéra, etc. E quando falarem do por vir, pôrseha na ultima desta maneira, assicomo, alcançarâ, louvarâ, agradecerâ, etc.”(33).

A função distintiva ou “profiláctica” do acento foi, aliás, também proposta por Barros, relativamente ao acento circunflexo, cuja utilização se reduz a *â* e *ô*, formas pronominais, representando fonicamente o mesmo que *a* e *o*, artigos. Neste caso encontramos, na utilização do acento gráfico, uma nova e ambígua função: a função indicadora da categoria morfológica e, por consequência, afectada dum valor significativo ou semântico (34).

A utilização do acento circunflexo é, porém, diferente para Gândavo, cuja doutrina, de certo modo, se dilui num pragmatismo simplificador e reducionista.

Tendo, como já vimos, o acento circunflexo um valor semântico e/ou morfológicamente distintivo, a exemplificação ocorrente mostra-nos, no entanto, ao afectar a vogal *o* pode corresponder à vogal aberta: “E

assi tambem quando se ouver de usar desta letra o, em algũa invocação, pôrseha com hum accento emcima, assicomo: Vos ô poderoso Senhor valeinos, ô grão Rey ajudainos, etc.” (35). A aplicação ortográfica do próprio texto gandaviano parece apontar para o timbre aberto de ô: *sô* = *só*, ainda que pensemos que a *praxis* tipográfica só sob caução pode ser considerada como probatória.

Em contrapartida, o acento agudo, marcando a sílaba tónica, parece nada ter que ver com a abertura da vogal, a julgar pela exemplificação do autor: *agradecéra* em oposição com *agradecerá* (36).

De modo semelhante ao de João de Barros, embora decerto sem a mesma sistematização didáctica, Gândavo apresenta os seguintes casos: “Quando este articulo a, ou as, se ajuntar a algũs nomes femininos, a que se concede ou nega algũa cousa, terá um accento em cima, assicomo, à vossa geração se deve esta honra (...)” (37) Poderemos interpretar esta ambiguidade como uma interferência entre a *primeira* e a *segunda articulação* da linguagem? Em qualquer caso, porém, parece-nos que é o *acento*, sinal auxiliar ou diacrítico cujas funções convergem com o uso do *h*, *é* = *he* como veremos, que está na base desse jogo interferencial.

Incoerência — ou disparidade de critério — na qual incorre também João de Barros ao considerar dispensável “êsta lêtra *u*, com que (g) faça a prolaçam de *ga*, *go*, *gu*”, (38) diante das vogais *e* e *i*”.

Dos problemas discutidos, só a este se refere Magalhães de Gândavo, seguindo a doutrina unânime dos dois antecessores:

“Sempre diante g, se seguirá u, ante e, e ante i, quando se pronunciar com força, assim como guerra, sangue, guitarra, guia, etc. E se não tiver este u, ante e, e ante i, terá a pronunção desta maneira, assicomo, gente, geração (...)” (39).

Ora, comparando a posição dos três doutrinadores que exigem a presença de u “quando (g) se pronunciar com força”, com as grafias medievais *segia* = *seja*, *agia* = *aja* (40), reconhecer-se-á que em ambos os casos, embora em sentido inverso, se recorreu a uma vogal (respectivamente *e* e *i*) que assumia uma função diacrítica.

A oitava letra da matriz alfabética herdada do latim colocava os linguistas e gramáticos das línguas vulgares (italiano, português e francês (41) perante um problema. Mas a verdade é que, por outro lado, se lhes oferecia como um instrumento capaz de produzir a solução para outros problemas. De facto, tratava-se de atribuir a uma substância gráfica um novo conteúdo de representação: a um elemento da sinalética gráfica, tornado (aparentemente) inútil — conferir a capacidade representativa, a qual vai apresentar-se, não unívoca, mas multivocamente. É essa natureza multívoca que, de algum modo, vem perturbar a *ordem* no sistema alfabético.

Se, por um lado, o *h* figura como letra no interior do alfabeto, a verdade é que o *poder* que detém não se identifica com o *poder* das outras letras: só lhes é semelhante *em figura*. A definição de letra dada por Nebrija (“no es otra cosa la letra sino *figura* por la cual se representa la *boz* — e pronunciacion” (42) engendra

um debate interno acerca da consideração de *h* como “letra”. É, pois “letra imperfeita”, visto que não tem “voz” e não se pronuncia por si só.

Para João de Barros, porém, cujo discurso gramatical foge ao tom polêmico e até ao discurso expositivo, por economia didático-pedagógica, e apesar de considerar que “*h* tem os Latinos ser espição e não lêtera” (43), *h*, e também *til* entram no número delas e com elas se perfaz o número de trinta e quatro que compõem o mais audacioso dos alfabetos barrobianos (44). É que, para o gramático, e, em coerência com a sua própria definição de letra (“a mais pequena parte de qualquer diçã que se póde escrever”) (45), as “três cousas” que as “lêteras veéram ter” (46), a saber, *nome*, *figura*, *poder*, estão na natureza de *til* e de *h*. Logo, elas são letras, ainda que o autor insista: “Ésta figura *h* os Latinos nam lhe chamam lêteras mas aspiçã” (47). Ora, o termo *aspição*, parece funcionar para Gândavo apenas como designativo ou *nome* de *h*, sem que se nos afigure referir-se, de algum modo, à aspição fonológica que para os seus dois antecessores se apresentava somente no caso de algumas interjeições, e, mesmo assim, com certa reserva.

Examinando globalmente a postura dos ortografistas perante a existência primariamente injustificada de *h* na série alfabética, qualquer que esta fosse (quer se mantivesse fiel ao alfabeto latino quer tivesse sofrido as mutações ou implantes que a análise fonológica postulava) verifica-se que a essa “letra” são agora adstritas três funções: função etimológica, função distintiva e função diacrítica.

No caso da função distintiva, julgamos poder ainda identificar, como subfunções, a distinção gráfica e a distinção semântica, as quais por vezes se identificam ou coincidem com a função etimológica ou até com a função diacrítica (48). Efectivamente Magalhães de Gândavo escreve:

“Tambem a esta letra e, se ajuntará h, quando for verbo, quer significar ser algũa cousa, quer negando quer affirmando, assicomo, he muito meu amigo. Não he quem parecia, etc. E isto não porque o tenha de sua origem, mas pera com elle denotar que he verbo como digo, e não conjunção. Posto que tambem costumão algũas pessoas por escusar este h, no tal verbo, escrevello somente com hum accento em cima desta maneira é. Finalmente que de qualquer destas se pode usar. Mas porque com este accento he muito pouco usado, e muitas pessoas o averão por novidade, ignorando pela ventura o que o tal accento denota, pareceme que sera mais acertado e melhor escrevello com h (...)” (49).

Vemos, neste passo, que a função diacrítica — equivalente à do acento — coincide com a função distintiva (50).

Assim, a visão dos linguistas portugueses apresenta-se como uma visão moderada, intermédia entre o radicalismo do princípio ortofónico e do princípio etimológico. Não há, efectivamente, guerra movida contra o *h* etimológico, mas somente uma certa reserva quanto à sua “necessidade”. Para Fernão de Oliveira, *h*, sinal de aspiração “na escritura e não na voz” (51), é, no entanto, admitido como marca etimológica, não

fazendo mais “que só para mais certo conhecimento de quem são, como *homem*, o qual segue ainda a escritura latina, *Haver* outro tanto” (52).

Gândavo é, neste passo, o mais explícito, ainda que apenas aceite (sem parecer recomendá-lo) o uso etimológico de *h*: “muy raramente, ou nunca teremos necessidade em princípio de dição, usar mais d'elle, salvo em algũs vocabulos que o tiverem de sua origem, assicomo homem, honra, honestidade, historia, etc.” (53). No entanto, num rasgo que não deixa de ser surpreendente, o emprego do *h* etimológico é associado a essa instância quase abstracta e talvez por isso mesmo poderosa e incontestável: o uso. E é ele, de resto, que justifica alguns dos casos do emprego do *h* não etimológico e desprovido também de qualquer das outras funções que lhe são adstritas: “E pelo conseguinte he necessário usarse tambem deste h (...) não porque seja necessario (...) mas por razão de se entenderem e significarem melhor, conforme ao uso desta nossa linguagem, assicomo hum, hũa, hia, hi. Porem tirando estes, muy raramente, ou nunca teremos necessidade (...)” (54).

E ao uso poderoso, mais uma vez impondo leis, que Fernão de Oliveira se submete sem discussão: “Mas, *hum* e *alghum*, *hi* e *ahi*, advérbios de lugar, *honra*, *honrado*, só de nosso costume os escrevemos sem mais outra necessidade” (55). Assim, *h* não tem, para os gramáticos portugueses, nem voz nem virtude própria. É letra imperfeita, definição que se aproxima da designação de Salviati de “*mezza lettera*”. Não tendo voz nem virtude, ela nem sequer tem nome: chamam-

lhe aspiração, espição. Só Fernão de Oliveira ousa chamar-lhe *aha*.

Inútil e sobeja, nada mais por si própria representando do que um sinal de aspiração — realidade fonológica duvidosa e precária — em interjeições que nem parecem de “bom riso português”, essa “letra” fica, portanto, disponível para outras funções: como signo distintivo na profilaxia gráfica e como diacrítico, modificando a “voz” das outras letras, quando “misturado” com elas, representando esses fonemas “novos” que, no alfabeto “português” apresentam a “figura” de *nh*, *lh*, *ch*.

A flutuação no registo dos ditongos nasais, que se verifica na *praxis* ortográfica, ainda que, doutrinariamente, todos os gramáticos pareçam estar de acordo, regride, no entanto, a partir da década-chave de 40. Se, na *Gramática* de João de Barros *am* e *ão* finais oscilam, apesar do discurso categórico de Fernão de Oliveira (56), em 1574 Magalhães de Gândavo parece testemunhar uma doutrina já fixada, ao menos pelo uso, e facilitada, certamente, por um caso de “profilaxia verbal” (57) isto é, a fim de evitar a ambiguidade do discurso escrito. Diz, portanto: “E estes verbos e todos os mais no plural, quando falarem do passado que fizeram o *accento* na penultima se escreverão com *m*, *assicomo*, *alcançaram*, *louvaram*, etc. E quando falarem do futuro que fizeram o *accento* na ultima, se escreverão com *ão*, *assicomo*, *alcançarão*, *louvarão*, etc.” (58).

E, contudo, hesita ainda: “Ou também se podem escrever com *m*, quer falem do passado quer do porvir,

distinguindo esta duvida com os mesmos accents da maneira que acima digo” (59).

O processo de imposição e generalização da grafia dos ditongos nasais, provenientes da convergência das terminações *-om*, *-am*, *-ão*, em curso desde a reforma ortográfica da Chancelaria Real de D. Dinis, de que fala Lindley Cintra (60) está, pois, prestes a terminar, fixando-se na terminação *-ão*. *Til* representa, na ortografia portuguesa, uma marca de originalidade, na medida em que utiliza, de forma autónoma e diferenciada, um sinal que, ausente das grafias italiana e francesa (61), se reduz, na castelhana, à função de abreviatura ou suprimento de *n* apenas (62).

III / “JÁ TIVÉRAMOS CONQUISTADA A LÍNGUA LATINA”

Começamos com o mestre quinhentista das questões da língua vulgar, João de Barros, falando com seu filho António, submisso interlocutor no *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*: “Mas agora, em nossos tempos, com ajuda da empresam, deu-se tanto a gente castelhana e italiana e francesa às treladações latinas, usurpando vocábulos, que os fez mais elegantes que foram ora há cinquenta anos. Este exercício, se o nós usáramos já tivéramos conquistada a língua latina, como temos África e Ásia, à conquista das quais nos mais demos que às treladações latinas”.

“Conquista” da língua latina, como factor de ampliação linguística e conceptual, registo da ambição de nobilitar a língua e fazer dela um instrumento *total* de comunicação, capaz de veicular *todas* as mensagens.

A tradução, porém, “exercício”, como lhe chama João de Barros, não deixa de ser objecto de controversas opiniões. Mas tarde, Custódio José de Oliveira, escreve, em 1771, na “Prefação” do *Tratado do Sublime*, cuja tradução dá à estampa: “Estes (que

por muitas vezes têm tido o impulso de o traduzirem), agora, vendo completos os antigos desejos, de bom ânimo se esforçaram em limar algumas frases que conferi com eles, a cujo voto muitas vezes me sujeitei, para assim conservar, com a maior possibilidade, na nossa língua, a força, a energia, a magestade e a harmonia que mais se pudesse assemelhar à do Autor original (...). Não deixarão outros de desaprovar este meu trabalho, por terem uma ideia muito desvantajosa das traduções (...)

O que é certo, porém, é que o problema da tradução, como factor de enriquecimento, se constituiu como tema de debate e como campo de exercício desde a Idade Média. Podemos dizer que, desde então e sem solução de continuidade, a omnipresença duma cultura latinizante é atestada nomeadamente através dos códices alcobacenses, a qual regista já um certo cunho leigo e clássico, que toma como instrumento o “latim da Igreja”. Prisciano, o italiano Pápias, outros gramáticos italianos do séc. XI, Eberhard e Villa Dei, impressos já no séc. XV, bem como Eugécio e Caracena, tutelam de algum modo uma latinidade que pouco a pouco amplia um projecto cultural que irá muito além do mero utensílio eclesiástico e litúrgico. O exame dos Códices Alcobacenses ⁽⁶³⁾ mostra, efectivamente, uma supreendente riqueza de manuscritos de carácter linguístico-gramatical, muitos deles originários dos *scriptoria* alcobacenses, ainda que outros tenham proveniência estrangeira. Assinalemos, entre os mais significativos, as várias cópias da *Grammatica Ebrardi*, o códice intitulado *Notabilia seu annotationes in Grammaticam* e o espantoso códice

Vocabularium Latinum tribus partibus distributum... per Fr. Alphonsum do Lourical. Mencione-se ainda a *Anonymi Glossa in Isaiam*, dotada de uma listagem importante de verbos latinos traduzidos em português. Alguns exemplos apenas de uma série de instrumentos linguísticos que demonstram uma preocupação claramente evidenciada, em termos teóricos, por D. Duarte no *Leal Conselheiro*, ao indicar uma a uma, as regras para bem “trelladar” do latim (64). Aliás, anotações e uma quase-doutrina em torno da problemática da tradução do latim em vulgar são uma vez mais abordadas pelo rei-escritor no *Livro dos Conselhos*, proveniente da Cartuxa de Évora.

Doutrina que não deixa, de resto, de deparar com um certo número de dificuldades à partida: a *diferença* das estruturas léxico-semânticas é a primeira dificuldade, a qual vem postular, para os potenciais tradutores, a menor capacidade das línguas vulgares, “escassas em vocábulos”. Tal postulado tem como função desencadear uma polémica em torno da possibilidade ou impossibilidade de tradução, isto é, da traduzibilidade ou intraduzibilidade dos textos clássicos. E se D. Duarte, prudentemente, aconselhara (e praticara) a introdução de vocábulos capazes de responder às necessidades semânticas, eis que será aos gramáticos e doutrinadores do séc. XVI que caberá o encargo de legitimar a tradução, postulando a traduzibilidade: “E é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras e os homens as puseram na perfeição que agora têm”, diz Fernão de Oliveira (65), acrescentando ainda: “Sempre afirmarei que, pois Quintiliano, no primeiro livro, confessa que os Latinos usavam de

vocábulos emprestados, quando lhe os seus faltavam, que também da nossa língua tomaram alguns, como nós tomámos da sua, os quais como nossos os havemos de tratar e pronunciar (...). E, para que isto seja bem feito, é necessário que nesta parte não tenha licença senão quem, com habilidade e saber, for merecedor dela” (66).

Acreditamos poder, talvez, definir, o séc. XVI em Portugal como um tempo de ambiguidade, marcado simultaneamente por continuidade e rupturas. E também como um lugar de encruzilhada, ponto de encontro das culturas mediterrânicas, entre a Europa e os outros Continentes.

Tal ambiguidade assinala, de certo modo, a especificidade do Renascimento ibérico e português: “Sólo en el siglo XVIII, y por influjo francés, se comenzó a establecer aquí (em Espanha) la divergencia y el antagonismo entre la tradición clásica y la popular (...)” (67). Esta reflexão coloca, assim parece, o problema nos termos em que se define a estética renascentista no contexto das humanidades em Portugal. O Renascimento não constitui, com efeito, uma ruptura em relação aos modelos medievais, mas, antes, uma busca de conciliação entre esses modelos e a cultura italianizante. Desta conciliação, ou deste compromisso não polémico, emerge, efectivamente, uma leitura autónoma de um movimento cultural cujos denominadores comuns produzem a grande unidade da Europa italianizada e cuja autonomia engendra a especificidade da cultura quinhentista hispânica. Nesse sentido, parece significativa a reflexão de Georges le Gentil: “Alors que chez nous Du Bellay et Ronsard lançaient l’anathème contre les genres périmés du

Moyen Âge, les poètes de Cour, au Portugal ne voulaient rien abdiquer d'un passé encore vivant" (68).

O Renascimento em Portugal define-se, pois, segundo um duplo registo: o que poderemos chamar "herança clássica" correspondente à emergência de elementos que, por via italianizante e, mais tarde por via directa, transmitem um dos parâmetros que vão funcionar na construção do edifício cultural do Renascimento, isto é, a cultura da Antiguidade greco-latina; a "herança medieval", correspondente a essa outra zona de elementos aproveitados que, provenientes de uma tradição anterior, funcionam quer autonomamente, como no caso de Gil Vicente, quer em simbiose com os elementos clássicos, como no caso, por exemplo, de Sá de Miranda e até de Bernardim Ribeiro, mais tarde de Camões. Se é possível afirmar, pois, que o Renascimento português não significa uma ruptura com os modelos culturais da Idade Média, é certo também que a cultura medieval não constitui tampouco a ruptura total com uma "herança clássica", embora se tenha organizado, selectivamente, em torno de *alguns* mentores cujo pensamento se adequava aos padrões mentais instaurados e vão, de algum modo, funcionar como garantes duma continuidade, não interrompida, entre a Idade Média e o Renascimento. Assim, Virgílio, por exemplo (que o P.^e António Vieira julgará como o príncipe dos poetas antigos), foi um daqueles que a Idade Média não considerara proscritos, antes, mercê da sua *Écloga IV*, suposta previsão do advento de Cristo, fora tido como "pagão" iluminado. No entanto, só nos finais do séc. XVI a sua obra é traduzida para português, por Leonel da Costa (69) e só

a partir de então as traduções se multiplicam, o que nos parece poder ter que ver com o “virgilianismo” evidente de Camões e de *Os Lusíadas*. Significativo, sem dúvida, que só depois da publicação do poema camoniano (1572) se ampliasse de golpe o interesse pelo poema-modelo de *Os Lusíadas* e que a restante obra virgiliana recebesse o mesmo tratamento e fosse objecto do mesmo culto. E assim Virgílio se torna, a partir de então, o poeta latino privilegiado pelos tradutores portugueses.

Pelo contrário, durante a Idade Média, quase não há obra mística e moral que não mencione e até cite Cícero e Séneca, às vezes Virgílio e Boécio (mais raramente Horácio, cujo risonho epicurismo o tornava mais dificilmente conciliável com o pensamento cristão de tendência estóica) ao lado de Santo Agostinho, São Bernardo ou São Tomás. É que, precisamente as obras (filosófico-morais) de Cícero e de Séneca se prestavam, aos olhos dos pensadores da Idade Média, como esplendidamente adequadas à fundamentação do estoicismo moral que determinava um dos mais importantes parâmetros da reflexão cristã (70).

A presença de Cícero assinala-se, pois, ao longo da Idade Média portuguesa sobretudo a partir de dois vectores, ambos determinantes da cultura medieval: a Moral e a Retórica, esta, gémea da gramática, a disciplina omnipresente e tutelar.

Longo seria, ainda que, certamente, significativo, inventariar todos os lugares da escrita medieval em que se encontra Cícero como autoridade moral. Familiarmente, ele aparece chamado quer por Marco Túlio, Túlio, Cicerão e até, pitorescamente, por Dom

Cicerão, nessa obra curiosíssima, o *Boosco delleytoso* que, publicada em Lisboa, em 1515 é, certamente mais antiga, (talvez derivada da obra de Petrarca *De vita solitaria*), cuja linguagem aponta para o princípio do séc. XV ou, até, finais do séc. anterior (71). No *Boosco* se referem “Dom Pratom” “Dom Virgílio”, “Dom Cicerom”, “Dom Quintiliano”, “Dom Seneca” e ainda “Oracio” como autoridades de peso equivalente a São Bernardo ou São Tomás, no incitamento à vida retirada e ao abandono das tribulações mundanas.

Outros códices de feição místico-religiosa, nomeadamente o *Virgeu de Consolaçón* e o *Castelo Perigoso* (1368) reflectem limpidamente a presença de Cícero, como lugar de exemplificação moral. Transcreve-se o seguinte saboroso passo, que é, na realidade, uma “trelladação” de um passo bem conhecido de Cícero: “Foram dous filosofos pagãos que muito se amavam. (...) ùu dos amigos avia nome Damon e o outro Pitias. O emperador de Roma mandava matar ùu, o qual demandou espaço para ordenar seus feitos (...). E aquele seu amigo o fiou de boa mente (...)”.

Contudo, o itinerário e a presença ciceroniana tornam-se constantes e imperiosos na corte dos Príncipes de Avis.

Assim, Vasco Fernandes de Lucena, representante do rei D. Duarte no Concílio de Basileia, em 1435, traduziu, provavelmente a pedido do Infante D. Pedro, o diálogo *De Senectute*, que deixou manuscrito e terá sido destruído no terramoto de 1755. Esse diálogo, aliás, que formava, de certo modo um *corpus* com *De Amicitia* e *De Officis* foi, depois traduzido e publicado

por Damião de Góis, *Catão Maior* ou *Livro da Velhice* (72). Aliás, quanto a essa obra formosíssima do orador, retórico, filósofo e moralista latino, assinala-se que o tradutor, Duarte de Resende, parece tê-la traduzido também, segundo nos informa na carta-prefácio que dirige a Garcia de Resende; “Tomei este atrevimento neste tratado *De Amicitia* (*sic*), mas ainda ousei tirar nesta linguagem os três livros *De Officiis* e o *De Senectute*, que se intitula *Catão Maior*, com as *Paradoxas* (*sic*) e o tratado do sexto livro da *República* que se diz o *Sonho de Cipião* (...). E quis somente que viessem por mim à luz estes (...) que atee aguora nam foram em lingoagem algũa trasladadas, o que nam fiz em os *De Officiis* e *Senectute*, porque estando pera os mandar com estes imprimir, os vi impressos, tirados em linguagem castelhana” (73). Julgamos que se trataria da tradução, publicada em Sevilha, em 1501, do *De officiis y de senectute en romance*.

O *De Officiis* é traduzido pelo Infante D. Pedro, que dedica a obra a seu irmão, o rei D. Duarte, que, por sua vez, no *Leal Conselheiro* (74) informa explicitamente: “fiz tralladar (...) algũs cappitulus doutros livros”, entre os quais, exactamente, o *De Oficiis* ou “Livro dos Deveres”.

Uma coerência ou, se quisermos, coincidência de conteúdo parece relacionar o *De Officiis*, *De Amicitia*, *De Senectute*, *Paradoxa* e *Somnium Scipionis*: com efeito, essas obras aparecem frequentemente associadas. Dolce publica em Veneza, em 1563, o conjunto das cinco, o mesmo sucedendo em 1619, na tradução de Francisco Thamara e Juan Javara (juntamente com o *Económico* de Xenofonte): como já

vimos, esse havia sido o projecto de Duarte de Resende, modificado pelas anteriores traduções “em romance” de *De Officiis* e de *De Senectute*.

Para além da tradução de D. Pedro do *De Officiis*, no *Livro da Virtuosa Benefyturia*, mais próximo, argumentativamente, do *De Beneficiis* de Séneca, por várias vezes Cícero é também citado como referente moral e mestre da arte retórica, e, numa delas, o que nos parece significativo, é mencionado o “sonho de Scipiom africano”. Na biblioteca de D. Duarte, à qual remonta o fundo mais antigo da Biblioteca Nacional, existia o *Libro de Marcho Tullio Çiçeron que se lhama la Retorica trasladado de latin en romance por el muy reverendo don Alfonso de Cartagena obispo de Burgos a ynstancia del muy esclareçido Príncipe don Eduarte Rey de Portugal* (75). E, para além das “tralladações” feitas ou encomendadas pelo rei, é certo que a lição moral de Cícero está presente em muito da reflexão eduardiana. No *Leal Conselheiro*, ainda que remetendo para uma experiência vivida (é aliás, esse um dos factores de originalidade do autor, na pesquisa quase masoquista dos mistérios do *eu*), ao capítulo *Do Amor* subjaz uma leitura pessoal do diálogo ciceroniano, nomeadamente na taxinomia da *Amizade*. E, no “Prologo” do IV Nobiliário, D. Pedro, Conde de Barcelos, ainda que cite Moisés, na “vedra lei” e Aristóteles (*Ética a Nicómaco*), estabelece os limites e deveres da afeição, num discurso em que se pressente, uma vez mais, a dialética ciceroniana em torno da *Amizade*: “E os amigos verdadeiros devem-se guardar em sas palavras de dizer coudsa per que seus amigos nom venham a fama ou a mal, ca per i se desataria a

amizade. E nom se devem mover a crer de ligeiro as cousas que lhes deles digam de mal e devem-se guardar segredos e nom devem retraer as obras que se fizeram” (76). É também na fundamentação das afeições que Cícero é citado por Fernão Lopes, no Prólogo da *Crónica de Dom João I*: “E assi parece que o sentiu Túlio, quando veio a dizer: Nós não somos nados a nós mesmos, porque ãa parte de nós tem a terra e outra os parentes”.

Assim, Cícero atravessa triunfantemente a Idade Média para entrar no Renascimento, ainda que aproveitado segundo novos vectores. “Es muy difícil (diz K. Kohut), casi imposible, llegar a apreciar en una justa medida la influencia de Cicerón sobre el humanismo español (...). Es el siglo XVI donde la influencia de Cicerón alcanza su grado más alto. Sus obras están, com las de Aristóteles y Quintiliano, entre las que forman el capital de la tradición retórica” (77).

Afigura-se no entanto, que é *outro* o Cícero que aparece, em pleno fervor humanístico: diferente desse que a Idade Média entronizara, tomando-o como modelo moral e como doutrinador e “gracioso retórico”, como lhe chamava o Infante D. Pedro no *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*. Cícero é agora o motivo e o motor da polémica entre Cicerorianos e Erasmistas, e as obras em torno das quais se disputa são, de preferência, as de conteúdo estético-retórico, nomeadamente o *Brutus*, o *De Oratore* e o *Orator*. Luís Vives, em espanha, chega mesmo a uma subtil compendiação de Quintiliano e de Cícero, no seu tratado *De ratione dicendi*; e Alfonso Garcia Matamoros, mestre complutense, declara-se

decididamente ciceroniano, por oposição ao “iracundo Erasmo”.

Assim, o chamado Ciceronianismo, ainda que talvez menos violentamente que em Itália, (onde, aliás, Bembo, na epístola *De imitatione* (1512) dá uma pista de conciliação ao recusar a mera formalização em detrimento da eficácia do discurso) desencadeou, também na Península Ibérica, a polémica da *imitatio*, pondo em confronto os Ciceronianos e os Erasmistas, cujo apoio se buscava justamente no *Ciceronianus* de Erasmo. Nessa linha, por exemplo, a obra *Commentum in Plinii naturalis historiae prologum a iuris utriusque doctore Martino Figuereto editum serenissimi Portugaliae regis senatore* coloca-se como um dos manifestos mais expressivos do Ciceronianismo em Portugal, ao lado, por exemplo, de André de Resende (na sua oração *Pro Rostris* pronunciada em 1534) e de Jerónimo Cardoso que, na *Oratio Pro Rostris habita Calendis Octobribus Olisiponensi Academia de laudibus Omnium disciplinarium* (1536) segue, a par e passo, quase em paráfrase (de si mesma ciceroniana pela elegância), a argumentação de Cícero no *De Oratore*, atribuindo à eloquência os poderes de persuasão, de força emotiva e estimuladora de Virtudes: “Também não negaremos que a desmedida audácia de Catilina, o mais criminoso homem que conspirara contra a Pátria, foi reprimida e desfeita pela eloquência arrebatadora de Marco Cícero (...). Por isso é que Cícero, no livro intitulado *Do Orador*, afirma que nada há superior à eloquência para manter os agregados humanos, seduzir o espírito, levar as vontades” (78).

Aliás, o mesmo Jerónimo Cardoso, coloca, de algum modo o seu *Dictionarium Latino-Lusitanicum et vice versa* (1592) sob a tutela do modelo ciceroniano, ao acrescentar-lhe *Varii loquendi ex praecipuis auctoribus decerpti praesertim ex Marco Tullio Cicerone*.

Mais ainda do que traduzido (o que, de algum modo, poderia ser inútil e ilógico para homens “latinos”, como seriam os Ciceronianos), Cícero é largamente comentado na Península Ibérica, e, não só comentado como *imitado*. Entre os castelhanos, avolumam-se os nomes de Luís Vives, António de Nebrija, Pedro Simón Abril. Entre os portugueses, poderão destacar-se, além dos já mencionados, André de Resende (*In M. T. Ciceronis Topica Annotationes*, 1552), Jerónimo Cardoso, António de Gouveia (irmão mais novo de André de Gouveia) e Aquiles Estaço Lusitano. O primeiro, com *Commentaria in M. T. Ciceronis vatiniānam interrogationem* (1542); *Critica logicae pars certans cum Ciceronis Topicis* (1545); *Commentaria in Ciceronis epistolas* (1544); *Commentaria in libros De Legibus* (1553); *Commentaria in orationes: Pro Balbo, Pro Ligurio et Pro Lege Manilia*. O segundo, Aquiles Estaço, compõe, comentando Cícero, as seguintes obras: *M. T. Ciceronis De optimo genere oratorum liber Achillis Statii Lusitani in eundem. Commentarii* (Lovanii, 1552;); *Appendiculae explanationum Achillis Statii Lusitani In libros Tres M. Tullii Ciceronis De optimo genere oratorum, Topica De Fato, atque Observationes rerum aliarum* (Antuerpiae, 1553).

Neste contexto, as traduções de Duarte de Resende parecem-nos significativas numa situação não unívoca,

segundo a qual se define o Renascimento em Portugal. Por um lado, pelo seu conteúdo ético, elas prolongam o prestígio do Cícero que a Idade Média consagrara, isto é do doutrinador moral. Mas, por outro lado, o próprio facto do empreendimento da sua versão em “romance” insere-se num programa cultural que nos parece ir além da polémica erudita do humanismo ciceroniano. Com efeito, a divulgação e a democratização cultural permitida pela imprensa projectam-se, através da actividade tradutora, no sentido duma circulação que ultrapassara largamente os circuitos da educação palaciana, aristocrática e académica. As traduções tomam a dimensão e assumem a função de instrumentos divulgativos de expansão cultural, dirigindo-se, por definição, aos “não latinos”, isto é, aqueles a quem, tendo apenas acesso ao vernáculo, estaria vedada a inteligibilidade dos textos em latim. A introdução da imprensa apresenta-se, assim, como um instrumento novo que vai proporcionar ao próprio acto comunicativo uma força até então insuspeitada, perante a qual a primeira reacção é quase a dum temor reverente.

O pequeno volume, publicado em Coimbra, por Germão Galharde, em 30 de Agosto de 1531, apresenta, pois, em conjunto, as três obras: *Marco Tullio Cicerom de Amicicia, Paradoxas e Sonho de Scipião. Tirado em lingoagẽ Portuguesa per Duarte de Resende, Cavaleyro Fidalguo da Casa del Rey nosso Senhor*. É, no entanto, de notar que a ordem por que elas se apresentam no volume não é aquela por que são anunciadas, pelo que o *cólofon* rectifica essa apresentação: “Acabou-se de emprimir a presente Obra

de Amicicia e Sonho de Scipião, e Paradoxas em sa nobre e sempre leal cidade de Coimbra per Germã de Galharde, tirada em lingoajê per Duarte de Resende Cavaleyro Fidalgo de Casa del Rey nosso Senhor...”.

Se a associação dessas obras (a que, como já vimos, autor projectara juntar o *De Officiis* e o *De Senectute*) corresponde, talvez, a uma tradição medievalizante, o facto de textos de autor latino serem publicados em “romance” (no caso vertente, em português) denotam, como já sugerimos, um conceito novo de um homem novo: o homem do Renascimento, decidido a tentar novas aventuras linguísticas, cuja primeira etapa é demonstrar a aptidão da língua vernacular para a expressão de qualquer ordem de discurso, até então, por definição, privativa de uma das grandes línguas clássicas. Duarte de Resende coloca-se pois, entre aqueles humanistas que encaram sem superstição a valorização comunicativa das línguas vulgares e que, embora com reverência em relação às criações da cultura antiga, optam pela autonomia expressiva das línguas modernas.

O tratado ciceroniano *Da Amizade* adopta a forma de diálogo, largamente utilizada em toda a área do Humanismo europeu como instrumento de indagação. Apresenta-se como um dos elos mais nobres duma cadeia que se inicia, talvez, no âmbito da cultura ocidental, com o *Lísias* de Platão e a *Ética a Nicómaco* de Aristóteles. Plutarco e Luciano, entre outros, retomam a problemática da amizade e dos seus limites e obrigações. De entre os modernos e apenas a título de referência, (pondo de lado a vasta genealogia das traduções que a partir de meados do século XVI se

multiplicam pela Europa) lembramos, em Portugal, o *Diálogo da Verdadeira Amizade*, de Frei Heitor Pinto, fazendo parte da *Imagem da Vida Cristã*, publicada no último quartel do séc. XVI. A literatura europeia dos séculos XVII e XVIII multiplica as réplicas tratadísticas sobre a amizade: Jeremy Taylor publica, em 1657 uma pequena obra, *Friendship*; Louis de Sacy, em 1703, o seu *Traité de l'Amitié*, o que, em suma, parece apontar para uma notável identidade e permanência de preocupações e de interesses. O que se afigura, no entanto, é que nenhuma dessas obras consegue, como a de Cícero, alcançar a elevação e nobreza e também a popularidade dum pensamento que se exprime através dum discurso em que a habilidade dialéctica não obscurece a limpidez conceptual. Ao colocar, em confronto, Gaio Lélío, (companheiro de armas de Cipião Emiliano, no cenário da conquista de Numância, apelidado de *sapiens* pelos seus contemporâneos, mercê da severidade do seu carácter e da amplitude da sua cultura) com os seus dois genros, Cévola e Fânio, o primeiro, notável juriconsulto, o segundo, soldado e historiador, Cícero acaba por eleger como personagem central, ainda que ausente, o grande Cipião Africano. Não deixa de ser significativo que seja precisamente essa nobre figura que, no texto colocado a seguir, na edição de que nos ocupamos, em *O Sonho de Cipião*, toma o lugar principal, já que ele é o protagonista e relator do *Sonho*, e, por conseguinte, o portador da mensagem que lhe subjaz.

Não empreendemos neste lugar a análise desse texto a vários títulos extraordinário e talvez enigmático, cuja transmissão de deve a Macróbio, e que constitui a parte

final do *De Republica*, de Cícero, isto é, o VI Livro desse tratado político. Mas julgamos significativo estabelecer algumas correlações entre esse texto de Cícero e alguns lugares relevantes da literatura e da cultura portuguesas.

O Sonho de Cipião constitui, indubitavelmente, uma das mais belas *nekuias*, isto é, “evocação dos mortos” da literatura antiga. Literariamente, o seu modelo discursivo denota uma notável perfeição e equilíbrio estrutural, ainda que, porventura, moldada sobre exemplos anteriores (79). É porém, o seu conteúdo ou, se quisermos, a sua mensagem, que nos parece de sublinhar, se tivermos em conta que esse conteúdo subjaz, não só ao episódio camoniano do “Sonho de D. Manuel” (*Lus.*, IV, 68-75) como (ainda que sumariamente) foi apontado por F. Rebelo Gonçalves (80), mas também e sobretudo ao sentido global que o poeta atribui à totalidade do Poema.

Enquanto o *Sonho de Cipião* implica, por si só, um determinado corpo doutrinário, não cremos que seja esse o caso do “Sonho de D. Manuel”, que se nos apresenta como um belo episódio, sem dúvida, com uma certa dimensão alegórica, admitimos, mas despojado do sentido escatológico que constitui o núcleo significativo da “*nekuia*” ciceroniana.

Esse sentido escatológico, se em última instância remonta a Platão, tem que ver com o pensamento estóico e também com o pitagoricismo que, segundo Carcopino (81), se instala como um dos vectores em certo momento dominantes do pensamento romano, por intermédio de Posidónio, por um lado e de Panécio, por outro. Afirma a imortalidade, prémio para aqueles que

se tornam eminentes pelas próprias acções praticadas para o bem público: “Mas pera que tu, Africano, sejas mais alegre em conservar a república, toma isto, que todos os que a pátria conservarem, ajudarem e acrescentarem, têm certo e determinado lugar no Céu, onde os bem aventurados gozam para sempre” (82). Mais ainda, situa essa imortalidade num lugar que é assembleia dos deuses, lugar de princípio e de retorno.

Eis o que diz Camões (*Lus.*, IX, 88-91):

.....
...“dos feitos grandes, da ousadia
Forte e famosa, o mundo está guardando
O prémio lá no fim, bem merecido,
Com fama grande e nome alto e subido.

.....
Que as imortalidades que fingia
A antiguidade, que os ilustres ama,
Lá no estelante Olimpo (...)

.....
Não senão prémios que reparte,
Por feitos imortais e soberanos,
O mundo e os barões que esforço e arte
Divinos os fizeram, sendo humanos;

.....
Que Júpiter, Mercúrio, Febo e Marte,
Eneias e Quirino e os dous Tebanos,
Ceres, Palas e Juno com Diana,
Todos foram de fraca carne humana”.

Aqui, sim, cremos que o sentido escatológico do *Sonho de Cipião* foi plenamente captado por Luís de Camões, captação, aliás, talvez reforçada pela sugestão dos comentários de Macróbio, e que se confirma, ao longo do Poema, em aparentemente fragmentárias reflexões, a que o sentido total do Poema, no entanto, é

afecto. A divinização dos humanos, nas palavras de Baco: “(...) temo/Que do Mar e do Céu, em poucos anos,/Venham Deuses a ser...”; a conquista da imortalidade pela participação da ambrósia e do nectar, alimento dos deuses.

A terceira obra de Cícero, que completa o volume de 1531, saída dos prelos de Germão Galharde, é a tradução dos *Paradoxa Stoicorum ad M. Brutum*, considerados por alguns críticos apenas como um exercício retórico, através do qual o autor pretendia divulgar ou popularizar seis conhecidos paradoxos estoicos: a honestidade é o único bem; a virtude é a única via para a felicidade; todas as más como as boas acções são iguais; todos os ignorantes são loucos; só o homem sábio é livre, e todo o ignorante escravo; só o sábio é rico.

Em breves traços, convém fazer uma apreciação crítica do valor da tradução dada por Duarte de Resende, em 1531, reeditada na Régia Oficina Tipográfica, em 1790. Com efeito, os comentadores variam quanto a essa apreciação e é dessa disparidade de opinião que se faz eco Inocência da Silva: a tradução “recomenda-se, não só pela fidelidade mas pela riqueza da frase e nativa graça dos vocábulos próprios da antiga linguagem em que está escrita” (83). Logo a seguir, porém, no mesmo lugar, o autor acrescenta: “Há todavia quem sustente (...) e tenha por destituídos os louvores (...). O Sr. P. Francisco dos Sanctos Saraiva mostra que a tradução não é fiel”; etc.

Parece-nos, com efeito, que, em termos de exegese filológica, poderiam apontar-se desvios, omissões pontuais ou, pelo contrário, a introdução de expressões

destinadas a clarificar o sentido ou a situação não totalmente acessível ao leitor “não latino”. Trata-se, porém, nem sequer de deslizes de tradutor inadvertido, mas tão somente de factores de adequação textual, a nosso ver, de sinal positivo. É necessário não esquecer que o conceito rigoroso de tradução fiel é uma conquista da ciência filológica como tal instaurada apenas nos finais do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, a partir dos trabalhos de filologia clássica da escola alemã.

O que nos parece em extremo positivo é que o texto português de Duarte de Resende nunca atraiçoa o fundo; e, quanto à forma, dando testemunho de notável sensibilidade linguística, é capaz de recriar essa dupla característica da literatura dialógica de Cícero, associando, em dose adequada, a elegância despojada do estilo e a familiaridade coloquial. Aliás, os relativamente escassos dados biográficos que alcançámos do autor mostram-no em comunicação com os grandes humanistas do seu tempo, entre os quais João de Barros, André de Resende e Garcia de Resende, de quem era irmão ou parente próximo, e a quem dedica as suas traduções de Cícero, na carta-prefácio a que já nos referimos. (84)

Por seu lado, esses seus contracenadores no grande teatro do humanismo português do tempo retribuem-lhe o apreço, como testemunha a dedicatória que lhe é dirigida por João de Barros no prefácio da *Rópica Pnefma*. E não cremos que seja esse facto de tomar como mera cortesia, dado o carinho que o autor teria por essa sua controversa obra. Diz, pois, João de Barros: “Em toda-las cousas que se pedem, se áa de

considerar quem pede, quem dáa, a cousa pedida, e se ée tempo della e convém a ambas as partes. Esta regra quis seguir no que me pedistes...” (85). De resto, a publicação da *Rópica*, por Germão Galharde, em 1531, parece dever-se a uma intervenção de Duarte de Resende que a havia pedido a João de Barros para ser publicada. Ao autor das *Décadas* se devem também algumas — das poucas — informações biográficas sobre Duarte de Resende, quando se refere, no lugar a que já aludimos da *Rópica* ao recente seu regresso das ilhas de Maluco, onde estivera por “fector del Rey nosso senhor”, mais precisamente na fortaleza de Ternate, ao que parece desde 1522.

A actividade literária do tradutor de Cícero documenta-se já a partir do *Cancioneiro Geral*, onde, dentro dos modelos da poesia palaciana, não deixa de evidenciar uma certa originalidade e pendor para as subtilezas duma análise sentimental de feição petrarquista:

S’obedecera à rezam
e resestira à vontade,
eu vivera em liberdade
e não tivera paixam (86).

Trata-se, portanto, de uma presença literária, que a data de publicação do *Cancioneiro* de Garcia de Resende (1516) leva a situar nos primeiros anos do século. Em 1531, mal regressado ao reino, publica a tradução dos três textos de Cícero; mas, no intervalo, talvez de nove anos (se é certa a data avançada pelos biógrafos de 1522 para a sua passagem à Índia) terá aproveitado para começar os seus trabalhos de tradutor,

já que não seria em poucos meses, ainda que, segundo João de Barros fosse homem de “boas letras”, “latino” e “estudioso” (87) que poderia ter levado a cabo tão laboriosa tarefa.

A ele se deve também a conservação dum manuscrito, hoje perdido (88), relativo à viagem de Fernão de Magalhães:” (...) e assi (eu) houve outros papeis, e livros, que Duarte de Rezende, Feitor de Maluco recolheu do Astrologo Andres de San Martin. Porque como era Latino, e homem estudioso das cousas do mar e Geografia, entendeo logo nellas; e vindo a este Reyno, houvemos delle alguns, principalmente hum livro que elle Andres de San Martin escreveo de sua mão” (89). Segundo confirmação da mesma fonte, o próprio Duarte de Resende terá redigido um *Tratado da Navegação que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizeram às ilhas de Maluco*, dedicado a João de Barros, mas de cuja impressão não há notícia:

“Elle (Duarte de Resende) me dirigio um Tratado sobre esta navegação de Castela, como quem teve na mão huns apontamentos que o Astrologo Faleiro tinha feitos (...). E porque Duarte de Rezende traz as formaes palavras que Andres de San Martin diz sobre esta materia, e tambem sobre hum eclipse de Sol, que alli tomou (...) e falla per termos Astronomicos, ou foi do Tratado que me elle dirigio, que eu emprestei, ou que também elle em sua vida daria o traslado a outrem (...) quizeram-se aproveitar delle em huma escrita desta navegação (...)” (90)

Latinista e poeta, entendido em coisas do mar, geografia e astronomia, envolvido na aventura oriental, Duarte de Resende, de quem, paradoxalmente poucos

dados biográficos se coligem, representa o tipo comum do humanista e aventureiro, em suma do Homem Português de Quinhentos.

Se o latim se apresentava, em muitos casos, como um suporte linguístico capaz de veicular uma literatura, não causará, no entanto espanto que as traduções de textos clássicos de algum modo escasseiem. As traduções parafrásticas do *Cancioneiro Geral* (a epístola de *Enone a Páris*, traduzida de Ovídio por João Rodrigues de Lucena; a de *Penélope a Ulisses*, e de *Dido a Eneia* por João Rodrigues de Sá de Meneses, por exemplo) apresentam-se talvez mais como *glosas* ou exercícios literários do que como traduções funcionando como tal e, objectivamente, destinadas a permitir o acesso a textos inacessíveis. Do mesmo modo, paráfrases ou réplicas se encontram entre as composições líricas, por exemplo de Sá de Miranda ou de António Ferreira, privilegiando Horácio, como modelo ético e estético. É que, de facto, ainda que o grego houvesse reentrado no convívio cultural da área românica, virtualizando, com o conhecimento do hebraico, o ideal humanístico da linguagem trifária⁽⁹¹⁾, ainda que as elites culturais portuguesas contassem com nomes famosos de helenistas, e que orações de sapiência e discussões académicas houvessem sido sustentadas em grego, no âmbito da Universidade portuguesa, o que nos parece é que essa tardia helenização nunca ultrapassou em Portugal os limites da pura erudição e era sentida como uma zona de conhecimento limitada à área prestigiosa duma alta cultura e, por isso mesmo, distanciada dos homens de comum saber. Pelo contrário, não duvidamos de que,

em Portugal e no séc. XVI, não é necessário atingir o grau de erudito para saber latim, programado já nos Estudos Menores sob a designação modesta de *Gramática*, prelúdio das *Humanidades — Studia Humanitatis*. Para tal, basta que se possua uma boa cultura média. Assim, no *Colégio das Artes*, por meados do século XVI, encontramos apenas um mestre de grego, Vicente Fabrício, capaz de comentar Homero na língua original, segundo o testemunho de Clenardo, contra oito mestres de latim, ensinando em quatro “regras” (níveis). Isto, no plano do ensino superior, já que, como é sabido a *gramática* que todo o jovem escolar começava a aprender logo a seguir à aprendizagem da leitura e da escrita era a latina. Assim, humanistas como Duarte e André de Resende, Diogo de Teive, Damião de Góis, Aires Barbosa, Jerónimo Osório, Baltasar Estação, para não citar senão poucos do vasto coro de latinistas portugueses do séc. XVI, não podiam ter surgido num contexto cultural que não estivesse estritamente vinculado a uma tradição humanística. E, o que é mais significativo, essa tradição não era, de modo algum, uma “aristocracia” cultural. Era, antes, o registo duma cultura democratizada: em latim, os médicos redigiam as suas receitas, os astrónomos e matemáticos expunham as suas doutrinas e conclusões; os mestres ditavam as suas notas e compunham os seus tratados, os pregadores pregavam, os crentes oravam e até as damas escreviam por vezes a sua correspondência pessoal. A poesia e a prosa latinas de cunho literário, ainda que jamais houvessem prejudicado a produção em português, apareciam por vezes, aos olhos dos humanistas, dotados de uma

capacidade de difusão, penetração e permanência superior àquela que pertencia à escrita em português.

O que é certo, porém, é o que o estatuto de “tradutor” surge, no séc. XVI, ligado desde logo às obras clássicas dos mais prestigiosos autores latinos, a saber, Cícero, Horácio e, finalmente Virgílio. É verdade que também Séneca e também Cícero haviam lacunarmente sido “traduzidos” (ou parafraseados) pelos príncipes de Avis, cuja obra é, em muitos casos, o registo duma leitura interpretativa desses autores: o *De Officiis* de Cícero, o *De Beneficiis* de Séneca, não só funcionam como textos traduzidos mas como modelos de conteúdo doutrinário na obra de D. Pedro, Duque de Coimbra.

Por outro lado, torna-se claro e é significativo que, nas traduções portuguesas da *Eneida* se encontrem paradoxalmente invertidos os termos do paradigma e encontremos como modelo da *tradução* o próprio texto de *Os Lusíadas*. Explica-se também que, após e a par do interesse (entusiástico, não hesitamos) pelo poema-modelo de *Os Lusíadas*, toda a restante obra virgiliana recebesse o mesmo tratamento e fosse objecto do mesmo “culto”.

Ora, é Leonel da Costa que empreende a dificultosa e longa tarefa de traduzir as *Éclogas* e *Geórgicas*, certamente com melhor fortuna do que a *Eneida*, já que, aquelas foram publicadas em 1626 e reeditadas em 1761, permanecendo esta em manuscrito, contrariamente, aliás, à previsão do seu autor, no prólogo da tradução das *Éclogas* e *Geórgicas*: “a Eneida, em cuja tradução fico ocupado, que, com o conselho de amigos, e principalmente com o favor do Céu, sairá cedo à luz”.

Torna-se, pois, Virgílio o poeta privilegiado pelos tradutores portugueses ⁽⁹²⁾. Poucos, porém, se abalançaram à tradução das três grandes obras virgilianas. Em certos casos, existem traduções parciais, por vezes condicionadas pelas directrizes programáticas da escolaridade. Uma razão a mais para o leitor moderno não deixar de prestar tributo, mau grado as possíveis limitações da obra, ao primeiro tradutor português da obra integral de Virgílio, Leonel da Costa. Que saibamos, só Lima Leitão empreendeu a tradução das três obras virgilianas: *Bucólicas* (1818), *Geórgicas* (1818) e *Eneida* (1819).

Leonel da Costa foi natural de Santarém, onde nasceu em 1570, filho legítimo de Domingos da Costa e de Catarina Vaz, “pessoas distintas da mesma Villa”, segundo apreciação de José Maria da Costa e Silva ⁽⁹³⁾. Pouco se sabe do seu percurso biográfico: morreu também em Santarém, em 1647. É presumível, porém, que tenha sido preceptor, já que se mostra versado nas línguas latina, grega, italiana e espanhola. Terá sido mestre de D. Margarida de Vilhena nos anos da sua adolescência, mais tarde casada com D. Francisco de Vilhena, Vice-Rei da Índia. Com efeito, a essa senhora dedica Leonel da Costa as redondilhas do seu poema *A conversão miraculosa da felice egipcia penitente Santa Maria: Vós, illustre Margarida, / Que por me dar dignidade, / Quizestes, oh grão bondade, / Ser doutrinada e servida / De mim na primeira idade*.

No entanto, as escassas notícias biográficas indicam que não aturou muito nesta profissão e surge na carreira das armas. Há também notícia de que foi casado com

sua prima Francisca Rodrigues Serra, não constando ter havido descendência.

A actividade literária de Leonel da Costa começa com a tradução hoje reeditada das *Éclogas e Geórgicas de Vergílio*, publicadas em casa de Giraldo da Vinha em 1626. A tradução dos dois textos virgilianos é precedida da “Vida de Publio Vergílio Marão, que alguns dizem ser composta por Tiberio Donato, ainda que Valla o nega, por lhe não parecer a fraze, nem o estylo seu”. Tradução, pois, de um texto atribuído a Donato. No final do volume, o tradutor apresenta um extenso acervo de notas (que dão conta duma erudição notável) apresentadas livro por livro. A mitologia, as interpretações dos vários comentadores de Virgílio, a discussão de versos duvidosos, a elucidação de passos obscuros, atestam por parte do tradutor, cuidado e, ao mesmo tempo, preocupação didáctica. É evidente que essas notas podem parecer, aos olhos do crítico moderno, desajeitadas por vezes, ultrapassadas outras: mas a própria construção discursiva de que dão conta constitui um testemunho importante — e, sem dúvida, esclarecedor para o leitor actual — da mentalidade e da atmosfera cultural da época. Aliás, o mais severo crítico da sua obra, José Maria da Costa e Silva, ainda que apontando acerbamente as deficiências, insuficiências e desajustamentos da tradução, afirma: “Leonel da Costa acompanhou a tradução das *Éclogas* e das *Geórgicas* de muitas notas, que podem ser de muito interesse e uso para principiantes e para as pessoas curiosas de poesia mas que não tiveram educação científica. Talvez a estas notas devesse ele uma boa parte da reputação que adquiriu” (94). Tais

notas documentam uma vez mais o pendor didático de Leonel da Costa que se escusa de certa rudeza ou menor elegância da sua frase com o argumento seguinte: “se os versos não parecem tão correntes e expeditos, que agradem e deleitem, me desculpem que, por trabalhar quanto a mim foi por não me desviar da ordem e construção do verso latino, para dar menos trabalho aos estudantes, não me foi possível fazê-los mais gratos”.

Costa e Silva verbera gravemente não só a tradução das *Éclogas* e *Geórgicas* como também toda a restante obra de Leonel da Costa qualificando-o de “falta de imaginação, versificador medíocre, escritor pouco elegante”. Reconhece, porém, algum mérito na versão das *Geórgicas*, mas afirma a cada passo que falta a Leonel da Costa o verdadeiro fôlego poético, considerando que a sua fama resulta de um notável equívoco. E aqui, a explicação de Costa e Silva não deixa de ser especiosa e pitoresca: Leonel da Costa, vivendo e escrevendo no período dominado pela poesia gongórica não é um gongorista; não porque tenha melhor gosto que os seus contemporâneos, mas porque lhe falta engenho para tanto. Daí que a sua fama fosse forjada “por aqueles que trabalhavam por desacreditar o poeta cordovês” (95). Não nos demoraremos a demonstrar o excesso de azedume que contêm as páginas do *Ensaio biográfico-crítico*: uma certa rudeza de discurso, a utilização da ordem não natural da frase estão muitas vezes presentes no laborioso trabalho da versão de Leonel da Costa. Mas, para além das dificuldades do texto latino, para além da intraduzibilidade por vezes do tom certo do discurso

virgiliano, a tradução portuguesa do humanista de Santarém apresenta-se como uma obra digna e meritória. A *Geórgica IV* é, por exemplo um dos lugares que dão a medida desse mérito. Consideraríamos até que a linguagem ou o tom estilístico dão conta de uma certa sensibilidade na escolha do tipo do discurso adaptado à natureza das obras, apontando para uma “apropriação” que não é senão a marca duma tradução que diríamos mesmo dotada de criatividade.

Cronologicamente, a segunda obra publicada por Leonel da Costa é *A conversão miraculosa da Felice Egípcia penitente Santa Maria, sua vida e morte*, publicada pela primeira vez em Lisboa, por Giraldo da Vinha, em 1627. Curiosamente, esta obra modesta, composta em redondilhas, distribuídas por sete cantos, teve numerosas e sucessivas edições, sempre esgotadas e constituindo uma raridade bibliográfica. Remete, de facto, para o texto medieval do séc. XIV, proveniente da tradição hagiográfica anterior ⁽⁹⁶⁾, depois retomada por Sá de Miranda, também em redondilha.

Na sua tarefa de tradutor, para além da *Eneida* já referida, que permaneceu manuscrita, Leonel da Costa apresentou *As primeiras quatro comédias de Públio Terêncio Africano, traduzidas do latim em verso solto português, dadas à luz com o texto latino em frente, por Jorge Bertrand, mercador de livros em Lisboa*. A primeira parte é publicada em 1788 e a segunda em 1789. Segundo Cândido Lusitano, porém, as duas restantes comédias de Terêncio teriam ficado manuscritas, pertencendo à livraria do P.º José Barbosa, da Congregação de S. Caetano. Delas, porém, outra

notícia, além da confirmação de Diogo Barbosa, irmão do precedente, não pudemos obter.

Correspondendo mais uma vez à vocação pedagógica do tradutor, são publicados, em 1790, dois novos tomos terencianos: *Ordem ou construção literal, palavra por palavra, das primeiras quatro comédias de Terêncio Africano*. Note-se, aliás, de passagem, a fortuna pedagógica que, até finais do séc. XIX, teve o método da tradução linear, de que um exemplo notável nos parece ser a obra de Matias Viegas da Silva: *Ordo verborum cum commentariis in Fasciculum es selectioribus auctorum Viridariis ad commodiorem Scholasticorum usum industrie concinnatum*, Lisboa, 1731.

Além das traduções clássicas devem-se também a Leonel da Costa traduções das obras do heterodoxo Jerónimo Savonarola, conservadas em manuscrito, mercê do rigor censório: *Obras do P.^e Fr. Jerónimo Savonarola, da Ordens dos Pregadores, traduzidas da língua latina em a Portuguesa*. Traduziu, também, finalmente, do italiano, a obra *Ordens da Cavalaria compostas e oferecidas por Federico Grisone Neapolitano ao Cardeal Hipolito de Este de Ferrara traduzido do Italiano em Português por Leonel da Costa, onde se ensina a mandar e conhecer os cavalos e dedicado a D. João de Mascarenhas*, Lisboa, 1600. Curioso nos parece notar que, tal como em *A conversão miraculosa* Leonel da Costa retoma a tradição místico-hagiográfica medieval, a obra *Ordens de Cavalaria* remete para a tradição técnico-desportiva representada pelo *Livro da Montaria e Arte de Bem Cavalgar toda a*

Sela, respectivamente de D. João I e D. Duarte, no declinar da Idade Média.

No prólogo “Ao Leitor” o próprio tradutor aponta para os problemas técnicos, estéticos e culturais da tradução de um texto poético: problemas para os quais, aliás, Georges Mounin chama a atenção na sua obra *Les problèmes théoriques de la traduction* (Gallimard, 1963): o problema do intraduzível, levantado pela diversificação linguística e pelo diferencial entre as duas estruturas linguísticas em confronto. O acto de traduzir terá, pois, como funções neutralizar uma situação “babélica” de incomunicabilidade e, além disso, possibilitar a apropriação da obra literária dada, como património comum e universal. Não deixa, pois, Leonel da Costa de considerar o seu intento como temerário, ainda que não renuncie a ele, pretendendo “abrir novo caminho à tradução do Príncipe dos Poetas”.

Não obstante, para além dos problemas técnicos (que o autor sente principalmente como dificuldades de metrificacão), estéticos e culturais (ao “ver que quasi todas as nações que não ignoram a língua latina, traduziram todas as obras que nela estão escritas”) Leonel da Costa assume a sua tarefa colocando uma problemática de ordem sociológica que nos parece de relevar: considera, antes de mais nada que o seu trabalho é testemunho de “amor da pátria”. Mais: reassume o velho tópico “das letras e das armas”, ao dizer que semelhantes empresas terão como função “mostrarem ao mundo que a nossa Lusitânia não só é próprio domicílio de Belona, mas também de Minerva”. Não podemos, uma vez mais, deixar de

pensar na reflexão camoniana, que aponta no mesmo sentido e que, se constitui uma crítica, foi talvez tomada por Leonel da Costa, militar e humanista, como um exemplo e um estímulo ao instituir Camões como seu modelo: “O nosso Homero Português, o grande Luís de Camões, a quem oxalá pudera, como desejo, imitar em alguma cousa”.

Assim, a tradução apresenta-se segundo uma dupla hipóstase: se por um lado permite a busca de um suporte *novo* para um texto *antigo*, por outro lado constitui ela própria um *exercício* de enriquecimento linguístico, de pesquisa e experimentação das potencialidades linguísticas do português.

IV / “MAIS NOBRE É O VULGAR”

O opúsculo de Gândavo a que já nos referimos consta de duas “secções” correspondentes aos dois vectores da problemática segundo os quais se organizava o pensamento linguístico-gramatical no séc. XVI: por um lado o problema da normalização ortográfica, por outro lado o problema da dignificação linguística que se assume como uma “Questão da Língua” dotada, no entanto, de certa especificidade. Este último problema, que envolve não só aspectos técnicos como, principalmente, sócio-culturais, encontra no *Diálogo em defensam da mesma língua* o seu espaço discursivo.

Ora, na abordagem da “Questão da Língua” importa estabelecer, em primeira instância, o conceito e o modelo. Em seguida, tentar detectar a estratégia ou o percurso mental que, num determinado momento e lugar (o séc. XVI e em Portugal) levou à colocação duma problemática complexa e até contraditória, conduzindo, enfim, à invenção de soluções. Importa descobrir por que vias, subtilmente, o latim passa a ser assumido e vai funcionar como um instrumento posto

ao serviço do português. E detectar como e porquê se opera a transferência dos tópicos da “Questão” e esta, deixando, de algum modo, cair o binómio dialéctico *latim/vulgar*, o assume apenas como binómio contrastivo, para criar uma nova dialéctica ou uma nova tensão que opõe duas línguas vulgares: o português e o castelhano. Como outras questões ou outros problemas, é no Renascimento e nas décadas da grande aventura linguística que esta vai ser colocada com audácia e até com alguma astúcia. Mas se, em outros casos, se verifica por vezes uma regressão, nas décadas seguintes, em que os problemas serão recolocados mas, num refluxo mental, obliterados ou escamoteados, no caso da “Questão da Língua”, em termos de oposição português-castelhano, pelo contrário, verificar-se-á uma agudização a que não é, por certo, alheio o contexto vicissitudinário das condições políticas.

Em cada momento, a história cultural — e sociológica — do homem coloca a sua “Questão da Língua”. Ora, a profunda relação que existe entre a “Questão da Língua” e todas as “questões” que sacodem com maior ou menor força o edifício sócio-cultural é, certamente, a mesma profunda relação que existe entre a língua em si própria e outros elementos da estrutura social. A língua é ou faz parte do aparelho ideológico, comunicativo e estético da sociedade que a própria língua define e individualiza. Assim, o conceito que está na origem duma “Questão da Língua” parte duma dialéctica interna e mais profunda, que transcende, decerto, os limites mais ou menos académicos que exteriormente parece, por vezes, revestir ⁽⁹⁷⁾. Busca de identidade, resposta a uma crise

que em cada momento se erige como um estímulo, um desafio e até uma aposta.

Quando os humanistas acentuam e exaltam a semelhança com o latim, implicitamente querem sublinhar a diferença mais ainda, reivindicam o direito à diferença em relação às outras línguas, com ou sem razão consideradas mais afastadas da língua-mãe: no caso presente, a diferença em relação ao castelhano, cujo estatuto de língua cortesã o tornava concorrente com o português como instrumento de expressão literária. Assim, o latim passa a estar ao “serviço” do português, serviço polivalenciado, na medida em que é origem, modelo e fonte. É também razão de diferença (98).

Assim se define a verdadeira “Questão da Língua” em Portugal. E, se a “Questão (que é, no fundo, uma pseudo-questão) que põe em confronto o português e o latim apenas poderia envolver uma minoria culta, a elite intelectual dos humanistas (99), a “Questão” posta em termos de português-castelhano envolve, pelo contrário, os “latinos” e os “não latinos”, os “gramáticos” e também aqueles “que escassamente sabem que cousa he nome, e que cousa he verbo” (100). Não atinge, portanto, apenas a esfera duma alta e restrita cultura, mas compromete a existência colectiva, em termos de comunidade linguística (101).

Ora o binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano releva duma *praxis*: apresenta a iminência de um risco que os humanistas pressentem — o do predomínio da língua competitiva, forma de

expressão duma nação de algum modo rival — e em termos objectivos mais poderosa no plano político interno e também no plano duma política expansionista e imperial.

Assim, a reaproximação com o latim representa o estreitamento dum vínculo que, sendo tutelar, é também libertador. Daí decorrem profundas consequências culturais. Tentam reforçar-se os verdadeiros elos e encontrar, até, outros novos e por vezes artificiais, manobra inserida numa estratégia que, efectivamente, vai resultar. Com efeito, os próprios gramáticos castelhanos — e do castelhano — reconhecem esse parentesco prestigioso como a marca duma diferença.

Deste modo, o reconhecimento dessa diferença e, por ela, duma autonomia, não deixa de trazer problemas de formalização. De facto, o ideal humanístico, preso, por definição, ao modelo da linguagem trifárica clássica, sugere a descoberta de novos mecanismos triádicos que permitam a preservação da harmonia do sistema. A “sedução” ⁽¹⁰²⁾ da tríade invade o pensamento clássico, a partir do pensamento medieval, e participa de todos os sistemas taxinómicos, desde os géneros literários, até aos conceitos teológicos. Mas o facto é que parece que a obsessão trinitária que atingira o seu ápice e procurara cobrir a totalidade das áreas conceptuais antes que fosse tarde e antes que a invenção do real desdobrado na até então insuspeitada infinidade de realizações, se tornasse definitivamente inclassificável e recusasse, para sempre, os esquemas trinitários, representações duma harmonia abstractizante e perfeita. Ora essa sedução está agora prestes a entrar em colapso.

Na complicada carta linguística da Europa românica, os humanistas apontam, é certo, para um novo trifarismo (o trifarismo românico) que continua a ter como modelo o trifarismo clássico (103), de que é, afinal “descendente”. Instaure-se, por consequência, a tríade românica, cuja harmonia triangular no entanto, abruptamente se rompe pela existência dessa quarta (ou quinta) língua, o português, cuja individualidade todavia parecia irrecusável. Assim, se João de Barros se refere vezes sem conta à língua castelhana, em dado passo ele fala de língua “espanhól”, como uma das que tomaram das “primeiras” (tríade clássica) “partes de seus vocábulos (...): Ûa destas, é a italiana, outra a francesa, outra a espanhól” (104). Não sem ambiguidade, porém. Efectivamente, a designação parece cobrir unitariamente, para João de Barros, a diversidade das línguas ibéricas, sem embargo da diversidade interna do espaço hispânico. Mas, em contradição, logo a seguir, “língua espanhól” reaparece na boca de António, e desta vez coincide com o conceito de língua castelhana: “Pois muitos dizem que a *língua espanhól* é desfalecida de vocábulos, e que, quanta vantáge tem a italiana à *castelhana*, tanto ésta excéde a portuguesa (...)” (105). Afinal, duplicidade semelhante àquela que sobrepõe as designações de *italiana* e *toscana* (106). Eis, portanto, perdido o modelo triádico por imposição do real, por vezes de face anárquica e de algum modo perturbadora.

Mas a consciência contrastiva do português e do castelhano desenvolve-se segundo duas hipóteses. Se a *diferença* (fundamentada na *semelhança* com o latim) garante a individualidade do português como uma das

línguas de Espanha, esta individualidade, enobrecida pela dignidade da origem, encontra, uma vez mais, no seu paradigma latino-romano, um estímulo e um modelo: língua capaz de servir como instrumento de soberania, ideal que Lourenço de Médicis havia já concebido, ao sonhar com o *fiorentino imperio*. A consciência românica, transformada em consciência ibérica, sofre agora uma derradeira e talvez dolorosa metamorfose e assume-se como consciência imperial. Individualizada, nobre, viril, graciosa, expressiva e copiosa de tal modo que “a quem nam faleçer matéria e engenho (...) nam lhe faleçeram vocábulos” (107), a língua serve agora um ideal expansionista — o ideal do homem português de Quinhentos.

A “Questão da Língua”, instância de autonomização e afirmação histórica — em véspera de declínio —, parece, pois, desenvolver-se em três momentos que correspondem, de alguma maneira, a três inflexões do mesmo modo de pensar.

Primeiro, como confirmação duma consciência nacional, em relação ao castelhano, já que em relação ao latim não nos parece que tenha havido “questão”, no sentido polémico e reivindicativo que a designação sugere. Neste primeiro momento, distingue-se, com evidência, uma componente político-cultural; a língua é o instrumento de criação duma literatura e esta serve a superação duma possível indiferenciação cultural. Mais uma vez, o paradigma latino-romano intervém como exemplar (108).

Mas, num segundo momento, a “Questão da Língua” inserida já em diferente contexto político-social, correspondente ao conceito de *Império*, torna-se num

instrumento novo numa ideia nova. A breve euforia expansionista e a perseverante missionação, que buscam mais uma vez o seu modelo justificativo no exemplo latino-romano, fazem da língua o seu mais subtil instrumento (109).

Mais tarde, num terceiro momento, porém, a “Questão da Língua” surge de novo metamorfoseada, mas sempre articulada ao binómio português/castelhano. E é após a instauração da dinastia filipina que a consciência do factor linguístico como factor de autonomia política surge com maior agudização. Nesse aspecto e muito próximo ainda do acontecimento, parece significativa a alteração do texto de Gândavo da primeira edição (1574) para a segunda (1590) (110).

Todo este processo metamórfico se situa cronologicamente nesse século “extenso”, o séc. XVI, e a partir da década-chave de que a obra de Fernão de Oliveira, em 1536, é um prelúdio significativo. E a última metamorfose desse processo dá conta, segundo cremos, em outro contexto e noutra dimensão político-social e estética, da criação do universo conceptual do barroco e das novas categorias mentais alcançadas (111).

Ora, durante os decénios que desencadeiam e fecham o processo de que nos ocupamos, julgamos distinguir, nos três doutrinadores quinhentistas portugueses, Oliveira, Barros e Gândavo, três posições diferenciadas que visam — e conseguem — segundo ópticas e estratégias também diferenciadas, um objectivo comum: a dignificação do português como língua autónoma e instrumento totalmente capacitado para todas as aventuras da comunicação.

Ao discurso dos três subjaz a mesma situação que a *praxis* impunha, a despeito das vozes de protesto que provinham, sobretudo, dum grupo de humanistas que assume a defesa da língua: a situação de bilinguismo literário e palaciano, a que raramente escaparam os poetas duma corte que se tornara, por alianças matrimoniais, uma corte luso-castelhana⁽¹¹²⁾.

Perante a mesma situação, porém, a estratégia dos três doutrinadores quinhentistas assume práticas diferentes. Se Oliveira é muito mais severo em relação ao binómio latino-português, é mais atenuada a sua consciência do desenvolvimento do castelhano como língua literária⁽¹¹³⁾. Barros anula qualquer oposição quanto ao primeiro binómio que, na verdade, e já o dissemos, não chega a constituir matéria de “questão”. Para ele, o latim é sempre o modelo exemplar e a razão de prestígio. E, quanto ao castelhano, a oposição implícita toma uma forma discreta (ou não fosse ele o escritor palaciano sempre elegante e atento à contenção do seu discurso) e exprime-se por dois modos: por um lado, colocando o castelhano a par do italiano e do francês, ao mesmo nível de distanciamento⁽¹¹⁴⁾; por outro lado, assumindo como seu contraponto a enumeração das excelências do português.

Mas é na obra de Magalhães de Gândavo, no seu *Diálogo em defensam*, que, de facto, encontramos com perfeita clareza o nó do problema. Assim, enquanto Oliveira se serve do espaço discursivo da sua “anotação” para colocar os seus pontos de vista: enquanto Barros utiliza o processo dialógico, “falso” diálogo, em que escamoteia a relação axiológica entre o *eu* e o *tu*, na medida em que a hierarquização dos

interlocutores postula a autoridade de um deles e ambos são portugueses, pelo contrário, Gândavo coloca num “frente a frente” audacioso o português Petrónio e o castelhano Falêncio. E a verdade é que o diálogo de ambos poderia até, à partida, transformar-se num debate talvez acre; de certo modo, podemos dizer que só a paciência de Falêncio e a cortesia de ambos terá evitado o azedume da despedida... (115)

Contudo, pensamos que é nesta formulação quase primária, imediata e fundamentada numa argumentação por vezes ingénua, que, a nível duma população destinatária, cujo índice cultural não atinge a erudição, o projecto de dignificação da língua pode encontrar eco e frutificar. E de novo, neste aspecto também, a personalidade diferenciada dos três doutrinadores do século XVI se afirma em coerência com a globalidade da obra de cada um: Oliveira, polémico; Barros, palacianamente diplomático; e, finalmente, Magalhães de Gândavo, realisticamente empenhado num programa de divulgação cultural.

V / OS VÉRTICES DO HEXÁGONO O ALCANCE DA NORMA

“Lemos, mui excelente Príncipe, na vida de Esopo, fabulador moral que, perguntado per um hortelão, a causa por que a terra mais facilmente criava as ervas que não recebiam benefício da agricultura (...) respondeu que a terra era madre das ervas que per si dava e madrasta das que nós queríamos que desse (...). (Assim), os meninos destes reinos por lhe ser madre e não madrasta, madre e não ama, nossa e não alheia, com muito amor receberão os preceitos da língua...”⁽¹¹⁶⁾.

É assim que João de Barros prefacia a sua *Cartinha*, na qual dá os primeiros elementos das letras a que se seguirão os preceitos de Gramática. Com efeito, quatro obras têm de ser consideradas no traçado do perfil do humanista e gramático, historiador nas *Décadas*, pensador erasmista na *Ropica Pnefma* e no *Diálogo evangélico contra o Talmud*. Publicados no espaço de cerca de um mês, entre Dezembro de 1539 e Janeiro de 1540, a *Cartinha*, a *Gramática*, o *Diálogo em louvor da nossa Linguagem* e o *Diálogo da Viciosa Vergonha*

constituem, efectivamente, um *Corpus* pedagógico-didáctico. Esse *Corpus* corresponde a uma planificação conjunta e coerente e destina-se a ensinar gramática portuguesa antes da latina — percurso pedagógico inverso em relação ao praticado na Idade Média — aos meninos portugueses, representados na pessoa do jovem António, filho do autor.

A intenção estritamente pedagógica, que tantas vezes sublinha, conduziu-o a uma redacção cuja deliberada concisão se contém no enquadramento sistemático dos mecanismos gramaticais. É, porém, no *Diálogo em louvor da nossa Linguagem* que João de Barros criará um espaço discursivo para a abordagem duma problemática, que, sendo linguística, é também epistemológica, cultural e social.

A antiguidade, a proximidade estrutural com o latim, língua ascendente e, finalmente a eficácia comunicativa do discurso, formam a parte mais importante da reflexão renascentista sobre o fenómeno da linguagem. Dissera Fernão de Oliveira em 1536: (*Gramática da Linguagem Portuguesa*): “E assim, desta feição, já também este nome de Portugal é antigo e agora com a virtude da gente, muito enobrecido e com muitos bons tratos e conversações, assim em armas como em letras engrandecido...”⁽¹¹⁷⁾

E, quanto à eficácia comunicativa, postulando as funções da linguagem, diz João de Barros (*Diálogo em louvor da nossa Linguagem*): “A linguagem portuguesa, que tenha esta gravidade, não perde a força para declarar, mover, deleitar e exortar a parte a que se enclina, seja em qual género de escritura...”⁽¹¹⁸⁾

Declarar, mover, deleitar e exortar, funções da linguagem.

Com efeito, duma tomada de consciência que fora, talvez, lenta durante os séculos preparatórios do Renascimento, passa-se, na primeira metade do século XVI, para uma consciência nacional, desde a Itália, a Castela, a Portugal e à França: é de facto na primeira metade do século que se desencadeia na Europa românica o esforço de codificação das línguas vulgares, após a abertura precoce dos italianos e da gramática castelhana de Nebrija, em 1492.

Se nos parece que a consciência românica implicara um processo de certo modo lento e penoso, queremos dizer com isso, fundamentalmente, que os homens do Renascimento se encontraram perante uma situação dilemática e radicalmente contraditória. Dilema e contradição que tentaram resolver, ultrapassando os riscos duma contradição de fundo que o culto da lógica e da razão ao primeiro embate rejeitaria. Assim, por um lado, eles encontram nos modelos clássicos o *seu* próprio modelo. Mas, por outro lado, — e aí actua o profundo sentido duma conquista de autonomia mental — reivindicam a *sua* própria existência em termos contrastivos em relação àquela existência fechada que era já para eles o Universo mental clássico.

Para João de Barros, é tão importante a influência greco-latina, que, no estudo da flexão ele dispõe os nomes distribuídos artificialmente por declinações que decalcam as declinações latinas. Mas, se observarmos em profundidade o modelo gramatical do *mais* latino dos nossos gramáticos verificamos que a sua subordinação ao paradigma clássico é mais formal do

que real. A análise do seu texto mostra-nos, estatisticamente, que ele se preocupa *mais* em demonstrar diferenças do que identidades. E, ao proclamar o direito à diferença, proclama a autonomia dum modo novo de comunicação. Quase fogosamente, João de Barros, reivindica a individualidade contrastiva da língua portuguesa em relação ao latim e, ao reconhecer a conformidade com a língua ascendente, essa conformidade é invocada como argumento apologético, garantia de antiguidade e vernaculidade, e como ponto de referência. Pelo contrário, ao colocar a tónica na desconformidade, postula, de imediato, a individualidade e autonomia e, o que é mais, a aptidão expansionista e criativa da língua portuguesa. Assim, no fundo, a gramática vulgar, isto é, das línguas vulgares, e, no caso em presença, do português, surge, dentro de cada comunidade linguístico-cultural, como um manifesto: manifesto de Romanidade.

António, interlocutor de João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, interroga: “A língua portuguesa, onde desfalecer com verbo ou nome (...) poderá formar algum verbo aprazível à orelha?”

Ao que o pai responde: “Sim, porque a licença que Horácio em sua Arte Poética (...) dá aos latinos para compoerem vocábulos novos, contanto que saiam da fonte grega, essa poderemos tomar, se os derivarmos da latina” (119).

A Romanidade surge, assim, como uma forma ou um modo novo de ser. E, se é possível encontrar *graus* de existência, constitui-se como uma existência que potencia a actualização de diversas formas particulares de existir, enquanto entidade nacional. É dela que vão

emergir as consciências nacionais, tuteladas por um elemento unificador que se traduz pela consciência da Romanidade.

A preocupação em individualizar a língua portuguesa em relação à língua-mãe, torna-se insistente no discurso didáctico-gramatical de João de Barros, pelo recurso repetido e quase sistemático às oposições entre os factos latinos e as realidades românicas do português — oposições marcadas pelo uso constante do pronome *nós* contraposto a *eles*, os latinos.

Eis alguns exemplos:

— “Nos quais (cinco) géneros repartem os latinos os seus (nomes). *Nós*, destes cinco géneros, temos somente dous...” (120)

— “*Nós* não temos estes verbos (que os latinos têm). Temos mais este verbo *hei, há*” (121).

— “E antre *nós* e os Latinos há esta diferença: eles fazem comparativos de todos os seus nomes adjectivos (...) e nós não temos mais comparativos que estes: maior, menor...” (122)

No discurso dos gramáticos do Renascimento, nomeadamente no de João de Barros, o latim e os latinos são objecto, de certo modo, do tratamento que se dá aos mortos e às abstracções. Ao longo do seu *corpus* pedagógico-gramatical, utiliza por três vezes a expressão “filhos da língua latina” dentro dum conceito quase biológico de geração. E aí, mais uma vez, a escrita se erige como função memorativa ou poder de lembrança, por oposição ao *uso* oral, móbil, inconstante e criador. O latim é uma *língua morta*, impassível de modificação, fixada para sempre no monumento quase

funerário da escrita: “E ainda se como vemos em muitos vocábulos gregos, hebraicos e latinos que foram as três linguagens a que podemos chamar princesas do mundo, porque esta autoridade lhes deu o título da cruz onde foram postas, estas, porque perderam já a vez do uso e tem somente a parte da escritura, deixá-las-emos...” (123)

É portanto o *uso* que distingue as línguas mortas — imutáveis e permanentes — das línguas vivas, sujeitas às oscilações dessa entidade variável e poderosa, a que se chama *uso*, *costume*, *orelha*, *harmonia*, *melodia*, *música*, e, enfim, *vontade do povo*. É esse que vai produzir o que se chama também “unidade de língua própria de nosso tempo e terra”. Os humanistas duma Idade já moderna, são pois, actores e espectadores como em grande teatro aberto, duma acção que envolve uma viragem epistemológica — a grande viragem do Renascimento. E, se haviam sido capazes de adoptar os quadros analógicos do esquema gramatical às línguas vulgares, vão agora tentar a mesma aventura ao aplicá-lo às línguas exóticas, num alargamento criativo da categorização mental. Lucidamente, e numa abertura que não é mais que o corolário da abertura dos espaços na época do Renascimento, admitem factores de transmutação no uso da língua que, tornando-se “tão naturais na boca dos homens”, são absorvidos sem alterarem a harmonia interna do paradigma original.

Organismo em mutação, eis como João de Barros vê a língua: “E agora, da conquista da Ásia, tomámos *chatinar* por *mercadejar*; *beniaga* por *mercadoria*; *lascarim* por *homem de guerra*; *çumbaia* por *mesura* e *cortesia*, e outros vocábulos que são já tam naturais na

boca dos homens que naquelas partes andaram, como seu próprio português. Assi, que podemos usar d'alguns termos latinos que a orelha bem receba, porque ela julga a linguagem e música e é censor de ambas, e, como os consentir um dia, ficarão prepetuamente” (124).

Mas, a consciência colectiva que vai assumir o encargo de eleger e depois impor uma norma linguística, através da liderança doutrinária dum pequeno número de “barões doutos”, enredar-se-á (mas sairá triunfante desse enredo), numa teia de princípios contraditórios e em tensão. Dinâmica criativa, através do crivo cerrado duma atitude crítica sempre atenta às exigências presenciais.

A interligação ou até interacção dos problemas da ortoépica e da ortografia havia, de resto, sido pressentida já na Antiguidade e constituíra uma preocupação que se agravaria à medida que o Império Romano estendia os seus limites e se acentuava a diversidade dialectal nas diferentes partes do Império. Eis o que dissera Donato, equacionando o problema jamais solucionado da *escrita* e da *diferença*: “Barbarismus fit duobus modis, pronuntiatione et scripto” (125). Põe-se então em confronto o princípio da *urbanitas* e da *rusticitas*, que já funcionara perante a ideia unificadora, traduzida pela *Pax Romana* de Augusto e que fora militantemente encarada por Quintiliano. Para ele, mestre e mentor dos gramáticos românicos de Quinhentos (como tinha sido dos gramáticos do latim medieval), a doutrina fundamental consiste no reconhecimento, senão oficial, ao menos officioso, do *uso*. Assim, um novo confronto e uma

nova linha na teia poligonal em cujo ponto de cruzamento se erigirá a norma: o *usus*, em face da *auctoritas*. É dentro destes limites, ângulos dum quadrilátero, que se constrói a norma em função da língua latina. Mas, a consciência românica assumida contrastivamente e não sem dificuldade, criara dois novos ângulos que transformam a teia quadrangular no hexágono em que entram em tensão e em equilíbrio, simultaneamente, dois novos factores: a *vetustas* e a *modernitas*.

A *auctoritas*, a *urbanitas*, a *vetustas*, constituem três factores de possível fixidez e imobilismo: mas os seus *correlata*, *usus*, *rusticitas* e *modernitas* são, pelo contrário, factores de mutação. Eis, portanto, a trama interna e vivificante duma dinâmica que vai entrar em jogo na constituição da norma. Dinâmica que Fernão de Oliveira, num discurso que consideramos espectacular pelo lúcio criticismo, define: “(...) desses vocábulos *novos* tomemos os mais *velhos* (...). (...) com serem mais velhos, sejam também mais *usados* e o uso deles seja *aprovado* por aqueles que mais sabem” (126).

A “aprovação dos que mais sabem” é, para Fernão de Oliveira, um dos princípios que garantem a *auctoritas*, como também para João de Barros, cujo conceito de gramática, enquanto “arte”, resulta do “módo certo e justo (...) colheito do uso e *autoridade* dos barões doutos” (127), numa linguagem que, afinal, coincide com a de Fernão de Oliveira, este num discurso mais pitoresco e arrebatado: “Gramática (...) é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada depois que os homens souberam falar, e não lei posta

que os tire da *boa liberdade*, quando é bem regida e *ordenada por seu saber*, nem é divindade mandada do céu que nos possa de novo ensinar o que já temos e é nosso, não embargando que é mais divino quem melhor entende. E, assim, é verdade que a arte nos pode ensinar a falar melhor, ainda que não de novo ensina aos que não sabiam e aos que sabiam ajuda” (128).

É, pois, a diagonal traçada entre *auctoritas* e *usus*, em estável equilíbrio, que vai ser a primeira geradora da norma. Mas a *auctoritas* depende também do modelo latino. É a conformidade com o latim, tantas vezes invocada no discurso de João de Barros e, mais reticentemente, no de Oliveira, que constitui, com o assentimento “dos que mais sabem”, a garantia da legitimidade do uso. E também a autoridade dos poetas (*latu-sensu*) e daqueles que, através dos “estudos liberais”, escrevendo, traduzindo, ilustravam o verbo informe das línguas a princípio incultas (129). Assim, diz ainda Fernão de Oliveira, “são os melhores da língua” (...) que mais leram e viram e viveram (...) sisudos e assentados” (130), os garantes de autoridade e fixação. É, aliás, no texto de Magalhães de Gândavo que mais longamente se confere aos poetas o direito da autoridade (131), já que no de Oliveira há apenas uma referência aligeirada aos *Autos* de Gil Vicente, a Jorge da Silveira, Garcia de Resende e Nuno Pereira (132). Quanto a João de Barros, por duas vezes lamenta a pouca inclinação dos portugueses para as “trovas”, desterradas destes reinos (133).

Ora, para além da autoridade dos poetas que, segundo o juízo de Barros escasseiam, e antes da imposição do uso, existe outra autoridade: a da

erudição. Fernão de Oliveira refere-se por duas vezes ao Padre Mestre Baltasar, da Ordem do Carmo, “cuja língua eu não tenho em pouco entre os Portugueses” (134) e a João de Barros (135). Assim substitui, como detentores da autoridade, Quintiliano e Varrão, senhores da língua latina, na qual, como língua morta e ferida de fixidez, “depois que os Latinos acabaram, não temos nós, que não somos Latinos, licença de pôr nem tirar, nem mudar nada (...)” (136). Licença que concede, em relação à língua portuguesa, àqueles que têm “habilidade e saber”: toda a inovação, em princípio legítima, quando “o houvermos mister, seja conforme à melodia da nossa língua e seja entregue não a qualquer pessoa, mas àqueles de cujo saber e vontades nos poderemos fiar com razão (...)” (137). Estabelece-se, pois, uma dinâmica entre autoridade e “liberdade” (138).

Dinâmica ou tensão criativa, através da qual os humanistas procuram erigir uma entidade que, seja qual for o nome que tiver, corresponderá, assim cremos, ao conceito moderno de *norma*. Se, com efeito, e julgamos que sem dificuldade, esse conceito emerge da doutrina dos gramáticos quinhentistas, e se eles claramente aperceberam o conceito de língua como sistema de equilíbrios e coerências, parece-nos também claro que a esse outro problema, a existência (ou aspiração) a uma norma-padrão, foram igualmente sensíveis: segundo um discurso evidentemente diferente do discurso moderno mas, talvez, dotado duma total ou, pelo menos, grande eficácia. O *uso* variável, portador, como já vimos, duma multiplicidade de nomes, aparece como uma espécie de intermediário entre a Língua e a Fala e identifica-se, (uma vez sancionado pela *auctoritas*) com

uma “antecipação” do que vai ser a norma. A oscilação terminológica dos doutrinadores corresponde a uma indefinição conceptual mas, por outro lado, leva a identificar aquilo que nos “*usos*” permite eleger um e erigi-lo ao estatuto de norma, sobrepondo-se ou ganhando terreno sobre os demais.

Se é, pois, a “orelha” e a “vontade do povo” que vão produzir a “unidade de língua” e essa é “boa linguagem”, “bom costume”, “bom uso” (139), eis que se estabelece uma ordem normativa proveniente dum juízo de valor que, se depende, em princípio, da *auctoritas*, deriva também dum conceito de *urbanitas* a que, no contexto da Europa renascentista, corresponde o *uso áulico* ou, para os italianos, nomeadamente para Bembo, a *lingua cortigiana*, por oposição com *popolaresco uso*.

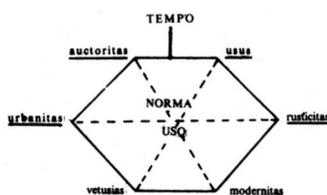
Se, no caso dos italianos, existe, como referimos, uma tensão entre os vários “usos” e uma dificuldade em encontrar, a partir da “eleição” entre diferentes modos de falar, a norma, como estatuto linguístico unificador, no caso dos gramáticos portugueses do séc. XVI parece, pelo contrário, estabelecer-se uma tendência capaz de eliminar a tensão entre o uso áulico e o uso regional, correspondente ao conceito designado, no discurso latino, por *rusticitas*, a qual “alguns indoutos desprezam” (140), mas que não pode também confundir-se com fala de cortesãos (141).

Assim, numa postura sincrónica, os dois doutrinadores portugueses apercebem-se da dialectação, ainda que atenuada, de Entre Douro e Minho, Beira e Alentejo (142); mais ainda, da “nova” dialectação que vai produzir a “fála de negros” (143). E assim se

entrecruzam agora e se definem os conceitos que designámos por *vetustas* e *modernitas*. Se a fala de Entre Douro e Minho é marca de antiguidade, para João de Barros, e por isso entra, na hierarquia conceptual, numa ordem venerável ⁽¹⁴⁴⁾, a “fála de negros” marca a modernidade, tão imediata que constitui parte da experiência testemunhal dos observadores. E essa modernidade entra também na teia complexa de princípios em tensão, mas em equilíbrio, da qual vai surgir o tecido da norma que o *tempo* consagra: “será cousa trabalhósa serem lógo éstas nóvas figuras reçadas em nóssa ortografia, mas o tempo ás fará tão próprias como sam as outras de que o usamos” ⁽¹⁴⁵⁾. E sobre o tempo, entidade legitimadora do ilegítimo, sustenta o autor o seguinte discurso:

“Pois as cantigas, compóstas do povo, sem cabeça, sem pés, sem nome ou vérbo que se entenda, quem cuidas que ás tráz e léva da terra? quem ás fáz serem tratádas e reçadas do comum consintimento? ⁽¹⁴⁶⁾ O tempo, pois este fáz as cousas tão naturáes, como a própria natureza. Este nos deu a elegancia latina; este nos trouxe a barbária dos godos; este nos deu *xa* e *cha* dos mouriscos, e este nos pode fazer ricos e póbres de vocábulos, segundo o uso e prática que tivérmos das cousas” ⁽¹⁴⁷⁾.

Equilíbrio, portanto, entre *usus* e *auctoritas*, também entre a *rusticitas* e a *urbanitas* e entre a *vetustas* e a *modernitas*, formando os vértices do hexágono normativo:



Assim se constitui, em última análise, uma visão que, de sincrónica, se assume como visão diacrónica do fenómeno da linguagem: abertura singular em direcção a uma Gramática Histórica que não chega, todavia, a erigir-se como área de reflexão, mas se limita a uma verificação imposta pela própria evidência. É que, de facto, ao descrever a norma, dum ponto de vista sincrónico, os doutrinadores não perdem de vista a dinâmica da evolução linguística, que leva a que as “orelhas não consintam a música e vozes fora do seu tempo e costume” (148).

Assim, sujeita ao *tempo*, a norma emerge como resultante duma dinâmica de forças contraditórias mas em equilíbrio, ultrapassado o carácter fragmentário e a oscilação, mas perdida talvez também essa sinergia que, durante séculos, se manifestara como uma indomável força criadora.

NOTAS

(1) 1.^a ed., Lisboa, 1536; 2.^a ed., pelo Visconde de Azevedo e Tito de Noronha, Porto, 1871; 3.^a ed., por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa, 1936; 4.^a ed., por Maria Leonor Buescu, Imprensa Nacional, Lisboa, 1975.

(2) 1.^a ed., Lisboa, 1540; 2.^a ed., in “Compilaçom...”, Lisboa, 1785; 3.^a ed., por J. Pedro Machado, Lisboa, 1957; 4.^a ed., por Maria Leonor Buescu, Fac. de Letras, Lisboa, 1971.

(3) Note-se que elas patenteiam já uma clara noção da diferente estrutura das línguas a nível de sintaxe (construçam). No Prólogo de *Cartilha em Tamul e Português*, Lisboa 1554, reed., Lisboa, 1970 por D. Fernando de Almeida, os autores observam que naquela língua oriental “algumas vezes (a frase) começa donde os portugueses acabam”, pelo que dá uma “segunda” tradução, a que chama “declaraçam” mostrando a ordem e estatuto diferente dos vocábulos na frase,

(4) Gallet-Guerne, Danielle — *Vasque de Lucène et la Cyropédie a la cour de Bourgogne* (1470), Genève. Droz., 1975.

(5) *De Ecc. Officiis*, II, 11.

(6) J. Barros, *gram.* p. 4.

(7) *Instruções para os professores de Gramática Latina, grega, hebraica e de Rhetorica, Ordenadas e mandadas publicar por El Rey nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes reinos e seus Dominios*, Lisboa, Miguel Rodrigues, 1759.

(8) *Linguagem e Pensamento*, Vozes, Petrópolis, 1971.

(9) Cf. Derrida, *De la Grammatologie*, p. 13, n.

(10) Cf. *Le Langage, Introduction linguistique à l'histoire*, Albin Michel, 1968.

(11) Cf. Derrida, *De la Grammatologie*, p. 85 e segs.; *Posições*, Plátano Editora, Lisboa, 1975, p. 11-12 e ainda, do mesmo autor, *L'écriture et la différence*, Seuil, Paris, 1967. Preferimos o termo “diferença” e não “diferância” utilizado na tradução portuguesa de *Positions*, Minuit, Paris,

1972, para corresponder ao francês “différance”, por nos parecer aquele um neologismo rebarbativo.

(12) Aliás, a precedência do alfabeto etrusco em relação ao latino é matéria controversa, visto que, segundo algumas teses, teria sido o contrário. É curioso notar que, desta controvérsia, ainda não resolvida, dá testemunho Fernão de Oliveira, *Gramática* p. 44: “(...) diz Mersilo que de Etrúria tem Itália as letras e doutrinas (...) mas, ao contrário, diz Catão, nos livros dos nascimentos antigos, que os Etruscos aprenderam as letras latinas (...)”.

(13) A lenda da introdução das letras em solo itálico, atribuída a Nicóstrata (ou Carmenta) e Evrando, seu filho, proveniente da tradição latina, conheceu fortuna entre os gramáticos da Idade Média e do Renascimento. Antonio de Nebrija dá-lhe certo relevo, e a ela se referem também os gramáticos portugueses. Com Fernão de Oliveira, assume a forma duma alusão — aliás erudita, pela acumulação de referências: “Homero diz que Arquíloco foi o primeiro que depois daqueles (Mercúrio e Cadmo) emendou as escrituras e letras em Grécia, e Xenofonte diz que nessa terra Palamedes e Sinómides ajudaram os princípios desta nossa arte. Plínio diz que Apolodoro floresceu em ela e podemos entender que entre os primeiros em Italia. Diz Beroso: comer o galo ensinou letras e leis, e muito depois Nicóstrata e Evrando, seu filho, porque já a primeira doutrina nessa terra esquecia”. (*Gramática*, p. 44). João de Barros escreve: “E dizem a maior parte dos historiadores que Nicóstrata, mãe de Evandro, rei dos latinos, foi inventor détas dezassete: a, b, c, d, e, f, g, i, l, m, n, o, p, r, s, t, u. Depois, pelo tempo, se acrescentáram éstas seies: h, k, q, x, y, z (...)”. (*Gramática*, p. 295). Ver ainda *Sergii: Explanations Artis Donati*, Keil IV: “Latinas litteras invenisse dicitur Carmentis, mater Evandri, quae proprio nomine Nicostrata dieta est”.

(14) Cf. *Fedro* 275 a.

(15) O número de 23 letras é, talvez, aquele que generalizadamente comporta o alfabeto latino clássico, após a influência grega do séc. I a. C., número garantizado pela doutrina de Prisciano: “Sunt igitur figurae litterarum quibus nos utimur viginti tres”. (*Principiani Inst.*, I, Keil II). Não obstante, Cícero, por exemplo, aponta o número de 21 letras “unius et viginti formae litterarum” (*De Natura Deorum*, 2, 37, 93). No alfabeto clássico, o número de 21 letras, em relação às 23, consagradas a partir da helenização, deve-se à ausência de Y e Z, duas letras gregas que vieram incorporar-se no alfabeto latino clássico. Sobre a história do alfabeto latino, remetemos para a extensa bibliografia existente, nomeadamente para Michel Bréal, “Sur les rapports de l’Alphabet Étrusque avec l’Alphabet Latin”, in *Mémoires de la Société de Linguistique de Paris*, VII, 1892, p. 129 e segs. e E. Faria, *Fonética Histórica do Latim*, Livraria Académica, Rio de Janeiro, 1957.

(16) De facto, segundo Antenor Nascentes, *Dicionário Etimológico do Português*, vol. II, R. de Janeiro, 1959, *Gandavo* seria preferível a *Gândavo*, tendo em vista a prosódia do vocabulário latino correspondente, *Gandavam*. No entanto, opinião contrária é defendida por Joaquim da Silveira e outros.

(17) *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, p. 402. Cita-se pela edição de 1971.

(18) Note-se que o facto de não ter sido impressa não significa, necessariamente, que a obra fosse desconhecida.

(19) Pêro Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a Orthographia da lingua Portuguesa*, 2. v. Cita-se pela edição *princeps*, Lisboa 1574.

(20) *Ibid.*, 2 v.

(21) *Ibid.*, 3 r.

(22) *Ibid.*, 3 r.

(23) *Ibid.*, 3 r.

(24) *Ibid.*, 24 v — 25 r.

(25) *Ibid.*

(26) Garcia de Resende, *Crónica de Dom João III e Miscelânea*, nova ed. conforme a de 1798, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 362.

(27) Fernão de Oliveira, *Gramatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1975, p. 87.

(28) L. Kukenheim, *Contributions à l'histoire de la Grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*, Amsterdam, 1932, p. 22.

(29) Da *Cartilha* de João Soares parece terem-se publicado cinco edições durante o séc. XVI, das quais pudemos examinar duas: uma delas existente na Biblioteca Pública de Évora e outra na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, cuja fotocópia nos foi facultada pela Fundação da Casa de Bragança. Serão, portanto, as edições de 1550 e de 1596-97 (segundo estimativa de Fernando Castelo-Branco, “Cartilhas para ensinar a ler”), sendo que das restantes edições mencionadas por Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana*, 2.^a ed., vol. II, p. 699) não se conhece o paradeiro.

(30) V. *infra*, *Ortografia*, 7 v.

(31) V. *infra*, *Orthographia*, 12 v.

(32) João de Barros, *Gramática*, p. 376.

(33) V. *infra*, *Orthographia*, 13 r. — 13 v.

(34) Cf. João de Barros, *Gramática*, p. 376: “(A pequeno) Sérve do relativo per semelhante exemplo: Éssa tua palmatória, se â eu tómar, far-te-ei lembrar ésta régra. E entám tem neçessidade daquele espirito que lhe vês em çima”. Cf. ainda p. 379.

(35) V. *infra*, *Orthographia*, 13 r.

(36) *Ibid.*

(37) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 12 v.

(38) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 15 v. — 16 r.

(39) Grafias ocorrentes com frequência na primeira metade do séc. XIII. Veja-se o *Testamento de D. Afonso III* (supra n.º 89 deste capítulo): “Segia en poder da raina sa madre e meu reino segia em poder da raine e de meus vassalos ata quando agia revora”.

(40) Situação paralela às grafias italianas atestadas, embora com certo carácter recessivo, como observara Migliorini, em que a função de *i* é

claramente diacrítica. Cf. Bruno Migliorini, “Note sulla grafia italiana nel Rinascimento”, in *Saggi Linguistici*, Felice Le Mounier, Firenze, 1957, p. 201: “La -i- con valore diacrítico é ancora adoperata molto irregolarmente nella scrittura, man mano piú rare nella stampa sone scrizione come *Franciesco, conosciero, agente, guadagnio*.” Cf. ainda *ibid.*, p. 216-217.

(41) Excluir-se o castelhano porque, embora os ortografistas castelhanos tenham também polivalenciado o *h*, o fonema inicial *f > h* (*hambre*) torna mais fácil que ele seja recebido no número das “letras”. Cf. Nebrija, *Gramática*, p. 23.

(42) Nebrija, *Gramática*, p. 51. Sobre a questão de considerar *h* uma letra, eis o que diz Nebrija, *op. cit.*, p. 22-23: “Lá *h* no sirve por si en nuestra lengua, mas usamos della para tal sonido cual pronunciamos en las primeras letras destas diciones *hago, hecho*; la cual letra, aunque enel latín no tenga fuerça de letra, es cierto que, como nos otros la pronunciamos hiriendo enla garganta, se puede contar enel numero delas letras, como los judios i moros, *delos cuales nos otros la recebimos*, quanto io pienso, la tienen por letra”. Sublinhado nosso: salvo melhor opinião, julgamos estar subjacente a este discurso o conceito massorético *de littera quiescens*.

(43) João de Barros, *Gramática*, p. 295.

(44) Cf. *Ibid.*, p. 296.

(45) *Ibid.*, p. 295.

(46) *Ibid.*

(47) *Ibid.*, p. 382.

(48) Cf. B. Migliorini, “Note sulla grafia italiana nel Rinascimento” in *Saggi Linguistici*. Veja-se ainda a síntese contrastiva oferecida por Kukenheim, *Grammaire italienne, espagnole et française*, p. 60-62.

(49) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 16v.-17r.

(50) Cf. J. Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Publ. da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926, p. 60-61 e ainda p. 223.

(51) Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 57.

(52) *Ibid.*

(53) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 17r-17v.

(54) *Ibid.*

(55) Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 57. Note-se que a exemplificação apresentada pelo autor contém um equívoco, corrigido já por Magalhães de Gândavo, ao apresentar os vocábulos *honra* e *honrado* como exemplos de *h* não etimológico mas conforme a um uso arbitrário.

(56) Parece-nos da maior importância e por isso a transcrevemos, a exposição de Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 50: “Disse que esta letra *m* não é semivogal nem podem fenecer em ela as nossas vozes. Porque isto é verdade, que nesses cabos onde a escrevemos e também no meio das dicções em cabo de muitas sílabas soa uma letra muito branda que nem é *m* nem *n* (...). Mas, a meu ver, de necessidade, escrevamos nos em tais lugares esta letra que chamamos *til*, ainda que a alguns parecera sobeja (...). aos quais eu pergunto se nas dicções que acabam em *ão* e *ães* e *ões* e *ãos* escrevemos *m*

ou *n* e o pusermos entre aquelas duas vogais, que soar? Ou se o pusermos no cabo, que parecerá?”.

(57) Aliás, também João de Barros se referiu a esse subtil “ofício” de *til*: obviar à anfibologia. E declara: “E em alguas dições onde ele (*m*) é final e que diante de si tem lêtera vogál, nunca o poremos, senám *til* por nam faer a páрте anfibológica, como: cõ éstas e com éstas cá parêçe que diz: cóme éstas”. (João de Barros, *Gramática*, p. 383).

(58) Magalhães de Gândavo, *Ortographia*, 18v.

(59) *Ibid.* Veja-se também Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 50.

(60) Cf. L.F. Lindley Cintra, *Observations sur l'orthographe*, p. 64: “C'est donc entre 1265 et 1275 qu'on peut placer la réforme orthographique de la Chancellerie royale”.

(61) Note-se que não está ausente como abreviatura ou “suprimento”, já que paleograficamente procede duma tradição latina e epigráfica.

(62) Observemos, portanto, que a atribuição do novo “ofício” abreviatura de *m* — é uma inovação dos ortografistas portugueses.

(63) Cf. *Inventário dos Códices Alcobacenses*, B. N. L., Lisboa, 1978.

(64) D. Duarte, *Leal Conselheiro*, ed. crítica de J. M. Piel, Bertrand, Lisboa, 1942, cap. xc.

(65) Fernão de Oliveira, *Gramática de linguagem Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1975, p. 43.

(66) *Ibid.*, p. 84-85.

(67) Menéndez Pelayo, *História de las ideas estéticas en España*, I, p. 728.

(68) Georges le Gentil, *Camoens*, Hatier-Boivin, Paris, 1954, p. 107.

(69) Leonel da Costa, *As Éclogas e Geórgicas de Virgílio*, intr. e actualização do texto por Maria Leonor Carvalhão Buescu, INCM, Lisboa, 1982.

(70) Cf. a reflexão de M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal, II. Clenardo, o Humanismo a Reforma*, Coimbra, 1975, p. 31: “Latinos e Gregos (...) conservaram sobre a alma medieval um secreto prestígio. Aristóteles reinou despoticamente no terreno da filosofia; Cícero no campo moral era citado, como um Padre da Igreja. Os poetas Vergílio, Ovídio, e Lucano foram lidos com fervor”.

(71) Cf. J. Leite de Vasconcellos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, 1926, p. 136-137.

(72) Publicado em Veneza em 1534, alguns anos depois, portanto, da tradução de Duarte de Resende.

(73) Cf. *infra*.

(74) *Leal Conselheiro*, “Prefácio”, pág. 9.

(75) Tradução feita entre 1421 e 1424, impressa pela primeira vez em 1969.

(76) *Livro das Linhagens do Conde Dom Pedro*, P.M.H., I, 230.

(77) Karl Kohut, *Las Teorias Literarias en España y Portugal durante los Siglos XV y XVI*, Madrid, 1973, p. 24.

(78) CARDOSO, Jerónimo, *Oração de Sapiência proferida em louvor de todas as disciplinas*, reprod. fac. simulada da ed. de 1550. Trad. de Miguel Pinto de Menezes. Introd. do Doutor Justino Mendes de Almeida, Lisboa, 1965, p. 103 — 104.

(79) Cf. Francisco Rebelo Gonçalves, “O sonho na poesia clássica” in *Filologia e Literatura*, São Paulo, 1937, p. 85-109.

(80) “O Sonho de D. Manuel” in *Dissertações Camonianas*, São Paulo, 1937, p. 63-90. Afirma o autor: “É naturalmente ciceroniana a latinidade que aí se descobre e nos deslumbra, pois não custa a crer que Camões estivesse lembrando o quadro do *Sonho de Cipião*, cuidando na altura celestial onde remontara o filho de Paulo Emílio, e ainda no seu encanto de ver bem perto o dossel dos astros, no seu vasto cosmorama, no seu olhar sobranceiro à terra” (p. 79-80).

(81) J. Carcopino, *La Basilique pythagoricienne de la Porte Majeure*, Paris, 1926, p. 190.

(82) Servimo-nos da tradução de Duarte de Resende, (*De Rep.*, IV, 13).

(83) *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1860 (reed. 1973).

(84) Ao que parece também seria parente de João de Barros, como se deduz do seguinte passo: “Fica aqui dizer huma cousa, por honra de Duarte de Rezende, áque quero acudir *por razão de sangue*, e também das boas letras que tinha (*Déc.* III, Liv. V, Cap. X).

(85) *Ropica Pnefma*, f. A III, v.º.

(86) *Cancioneiro Geral*, V, 163.

(87) Cf. João de Barros, *loc. cit.*

(88) Cf. Pierre Valière, *Le Voyage de Magelan*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1976, p. 202.

(89) João de Barros, *loc. cit.*

(90) *Ibid.* Note-se que este passo tem valor no sentido de, sendo desconhecidas as datas do nascimento e morte de Duarte de Resende, nos informar de que já era morto em 1563, data da publicação da *Década III*.

(91) Remetemos para a vasta bibliografia sobre o Humanismo italiano e a re-introdução dos estudos gregos na Itália. Veja-se também de J. V. de Pina Martins, *Cultura Italiana*, Verbo, Lisboa, 1971, especialmente “Budé redivivo”, p. 187-199 e “Humanistas”, p. 200-233. Sobre o conhecimento do grego em Portugal: A. da Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1969.

(92) Remetemos para o *Catálogo* da Exposição biblio-iconográfica comemorativa do bimilenário da morte de Virgílio, efectuada na B.N.L. de Nov. a Dez. de 1981, catálogo elaborado pela Comissão Organizadora, presidida pela Professora Maria Helena Ureña Prieto (Fac. de Letras de Lisboa).

(93) *Ensaio biográfico-crítico*, vol. VI, onde publica um ensaio sobre a obra de Leonel da Costa, julgando-a severamente.

(94) *Op. Cit.*

(95) *Op. Cit.*

(⁹⁶) *Vida de Maria Egípcia*, publicada em 1882 segundo manuscrito alcobacense. Uma nova versão foi publicada por José Joaquim Nunes, no tomo XX (1917) da *Revista Lusitana*. Posteriormente a Leonel da Costa o tema volta a ser tratado por Fr. Isidoro da Barreira na sua *Comédia famosa de Santa Maria Egípcíaca*.

(⁹⁷) Cf. A. Gramsci, *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, Einaudi, Torino, 1949, p. 153: “la lingua dovrebbe essere trattata come una concezione del mondo, come l'espressione di una concezione del mondo (...)”.

(⁹⁸) Consideramos particularmente feliz a expressão que serve de subtítulo ao artigo de Eugenio Asensio, “Lourenço de Cáceres o el Latín al servicio del Portugués”, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. II, n.º 2, Fundação Galouste Gulbenkian, Lisboa, 1961.

(⁹⁹) Cf. J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Univ. de Coimbra, Coimbra, 1973.

(¹⁰⁰) Magalhães de Gândavo, *Orthographia*, 3r.

(¹⁰¹) Remetemos de novo para Stegagno-Picchio, *op. cit.*, p. 15: “Quando pertanto, in pieno Umanesimo, si porrà anche per il portoghese un problema linguistico affine a quello che contrappone in Italia, in Spagna e in Francia il volgare al latino, un altro binomio, quello portoghese-castigliano, si será costituito in termini tali da influenzare il futuro corso della ‘questione della lingua’ in Portogallo”.

(¹⁰²) Sobre a “sedução” da tríade ver: C. Guillén, “Literature as System” (1970), in *Literature as System*, Princeton University Press, Princeton, 1971. A propósito do triadismo literário e dum modo expressivo diz, por exemplo, Gérard Genette: “Kaléidoscope taxinomique où le schème trop séduisant de la triade ne cesse de se métamorphoser pour survivre, forme accueillante à tous sens” Gérard Genette, “Genres, ‘types’, modes”, in *Poétique. Revue de théorie et d'analyse littéraires*, 32, Seuil, Paris, 1977, p. 408.

(¹⁰³) Sobre a “nova tríade”, ver Stegagno-Picchio, *op. cit.*, p. 27: “Alla triade classica delle lingue eccelse, nell'ordine l'ebraico, il greco e il latino. Barros oppone in campo moderno la nuova triade affidata ad una più recente storia di prestigio letterario: italiano, francese e spagnolo. Traspone da questa realistica impostazione del problema, la quale non postula neppure in questa sede la candidatura del portoghese, una coscienza europea di cui dobbiamo por render gli atto”.

(¹⁰⁴) João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, p. 396.

(¹⁰⁵) *Ibid.*, p. 397. Sublinhados nossos. É evidente que a reflexão de António, admitindo a superioridade do espanhol-castelhano vai ser imediatamente rebatida pelo seu interlocutor.

(¹⁰⁶) *Ibid.*

(¹⁰⁷) *Ibid.*, p. 400.

(¹⁰⁸) Além de outros passos mencionados que ilustram este conceito, sublinharemos a seguinte reflexão de Fernão de Oliveira, significativa, sobretudo, por contraste com o seu insistente anti-latinismo: “Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo

mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas (...). E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e a apurar o seu, esquecendo-nos do nosso”. (Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 42). O autor tem, pois, uma clara consciência da autonomia linguística como corolário da autonomia nacional: “A língua e a unidade dela é mui certo apelido do reino, do senhor e da irmandade dos vassalos”. (*Ibid.*, p. 88).

(¹⁰⁹) Cf. Cario Tagliavini, *Le origini delle Lingue Neolatine*, Ricardo Pátron, Bologna, (1970), em especial “România perduta e România nuova”, p. 130-133.

(¹¹⁰) Na Edição de 1574 existe já uma referência, sob a forma de alusão, à obra de Camões e ao conteúdo da estrofe 33 do Canto I. Mas, na edição de 1590, Gândavo amplia essa referência, extraíndo dela todo o seu conteúdo apologético: “com tudo lembrame dizervos para remate, e confirmação da ventagem que a língoa portugueza tem sobre todas as mais, o que o nosso celebrado Camoens nos conta, ou finge daquella affeição, que Venus chegara a ter aos Portuguezes, enamorada não somente do seu raro valor, mas ainda da excellencia da sua língoa, dizendo assim Na qual quando imagina/Com pouca corrupção crê, que hé Latina”. (Magalhães de Gândavo, *Diálogo em defesa*, 1590, 28r).

(¹¹¹) A análise do desenvolvimento dessa metamorfose sai já do âmbito cronológico-temático deste estudo, pelo que nos escusamos de nos debruçarmos sobre esse processo complexo.

(¹¹²) Sobre o bilinguismo palaciano e literário do séc. XVI, veja-se: Luciana Stegagno-Picchio. *La Questione della Lingua in Portogallo*; Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comedia Eufrosina*, texto de la edición príncipe de 1555 com las variantes de 1561 y 1566, Edición, prólogo y notas de Eugenio Asensio, Madrid, 1951: “Prólogo”, T. I., p. VII-XCIII.

(¹¹³) É, no entanto, significativo que Fernão de Oliveira dedique um excursão de certo modo longo à utilização, que considera aberrante, da expressão *el-rei*: “Aqui quero lembrar como em Portugal temos uma coisa alheia e com grande dissonância, onde menos se devia fazer, a qual é esta: que a este nome *rei* damos-lhe artigo castelhano, chamando-lhe *el-rei*. Não lhe havíamos de chamar senão *o rei*, posto que algũs, doces de orelhas, estranharão este meu parecer, se não quiserem bem olhar quanto nele vai. E com tudo isto, abasta para ser a minha melhor música que a destes, por que o nosso rei é senhor, pois tem terra e mando: tenha também nome próprio e distinto por si, e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada mas bem apartada (...)”. (Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 111). Discurso que deixa de ser linguístico para ser político.

(¹¹⁴) Entre os vários lugares onde se verifica essa distância *simétrica* do português em relação às outras três “linguagens presentes”, citamos: “a prolaçam e ár que temos da linguágem, diferente das outras nações, temos no módo de cantár, cá mui estranha compostura é a francesa e italiana e espanhól (...)”. (João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguágem*, p. 399).

(¹¹⁵) Na edição de 1574, Falêncio despede-se do arguto Petrônio dizendo: “Y por esso demos fin a nuestra disputa, y seamos amigos como siempre fuimos, que lo demais poco nos importa” (*Diálogo em defensam*, 36r). Na edição de 1590, após a citação dos versos de *Os Lusíadas* (I, 33), o narrador dá fim ao debate, dizendo: “Esta razão faz dar fim á pratica do Portuguez, e Castelhana, os quaes se despedirão hum do outro com aquella cortezania, que hé propria daquelles genios inclinados a instruirem-se sem aferro, nem apego aos seus sentimentos proprios”. (*Diálogo em defensam*, 28r). À transformação censurada da parte final do Diálogo não é estranha, indubitavelmente, a nova situação política. No entanto, até ao presente, não se conhecendo com precisão a data da sua morte (sabe-se que era ainda vivo em 1576), não podemos atribuir ao autor, com segurança, a responsabilidade da alteração do texto da edição *princeps*. Sobre a biografia algo duvidosa de Gândavo, veja-se: Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana* (Lisboa, 1741); Coimbra, 1965-67; Luis de Matos, “Pêro de Magalhães de Gândavo e o Tratado da Província do Brasil”, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. III, 1965, p. 625-639.

(¹¹⁶) João de Barros, *Cartinha*, p. 239. Citamos pela ed. organizada por M. Leonor Carvalhão Buescu, Fac. de Letras, Lisboa, 1971.

(¹¹⁷) Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, p. 41. Citamos pela ed. organizada por M. Leonor Carvalhão Buescu, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1975.

(¹¹⁸) João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, p. 400.

(¹¹⁹) João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, p. 401.

(¹²⁰) João de Barros, *Gramática*, p. 108.

(¹²¹) *Ibid.*, p. 125.

(¹²²) *Ibid.*, p. 305.

(¹²³) João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, p. 396.

(¹²⁴) *Ibid.*, p. 401.

(¹²⁵) *Don. Ars Gramm.*, Keil IV, 392, 7.

(¹²⁶) Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 97.

(¹²⁷) João de Barros, *Gramática*, p. 191 (Sublinhado nosso).

(¹²⁸) Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 106. Sublinhados nossos.

(¹²⁹) Cf. Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 42: “(os estudos liberais) fazem durar mais a glória da Terra em que florescem. Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras”.

(¹³⁰) *Ibid.*, p. 98-99.

(¹³¹) Cf. Magalhães de Gândavo, *Diálogo em Defensão*, 30v-32r, enumera os escritores que, segundo ele, trataram “cousas graves e de importancia” em português: Sá de Miranda, João de Barros, Heitor Pinto, Lourenço de Cáceres, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira, António Pinto e ainda, como poetas, Luis de Camões, Diogo Bernardes e António Ferreira. No mesmo entusiástico passo, refere-se segunda vez a João de Barros, como autor da

“arte da gramatica da lingua Portuguesa” e a “Mestre André de Resende” que, no “livro da antiguidade de Évora” mostra a nobre origem latina da lingua portuguesa. Note-se que esta *editio princeps* foi publicada em 1574, dois anos depois da 1.ª edição de *Os Lusíadas*, cuja leitura parece já subjacente ao texto gandaviano: “(lede a arte da grammatica (...)) e o mesmo podeis ver no livro da antiguidade de Évora (...) onde claramente se mostra que cõ pouca corrupção deixa de ser latina (a lingua portuguesa)”.

De sublinhar ainda o parágrafo que é inserido nas edições seguintes da obra de Gândavo (1590², 1592³, 1592⁴) em que é referido mais detidamente o passo do poema em que “o nosso celebrado Camoens” mostra a “excellencia” da lingua.

(132) Cf. Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 116.

(133) Cf. João de Barros, *Gramática*, p. 394.

(134) Fernão de Oliveira, *Gramática*, pp. 72 e 92.

(135) João de Barros, *Gramática*, p. 121.

(136) Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 98.

(137) *Ibid.*, p. 104.

(138) *Ibid.*, p. 106.

(139) Expressões igualmente frequentes ao longo dos textos e de que não é relevante apresentar a exaustiva recolha.

(140) João de Barros, *Gramática*, p. 402.

(141) *Ibid.*, p. 342. Cf. ainda Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 87: “os aldeãos não sabem as falas corte (...) nem os lavradores de Entre Douro e Minho entendem as novas vozes (...)”.

(142) Cf. Fernão de Oliveira, *Gramática*, pp. 87, 95, 98, 117 e 121; João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, p. 402.

(143) João de Barros, *Gramática*, p. 350.

(144) A antiguidade (não se entenda a Antiguidade Clássica) constantemente aparece como factor de prestígio. Veja-se por exemplo, Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 39: “em muitas outras coisas tem a nossa lingua vantagem, porque ela é *antiga*, ensinada, próspera e bem conservada e também exercitada em bons tratos e officios”. Sublinhado nosso. Note-se que neste passo se encontra o embrechamento da *vetustas*, da *auctoritas* e do *usus*.

(145) João de Barros, *Gramática*, p. 375. Cf. ainda Fernão de Oliveira, *Gramática*, p. 86-88.

(146) “Comum consentimento” é, pois, a norma.

(147) João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa Linguagem*, p. 403.

(148) Ferrão de Oliveira, *Gramática*, p. 94. Cf. ainda *Ibid.*, p. 85 e seg.: *ibid.*, p. 108.

BIBLIOGRAFIA SELECTIVA

- ALMEIDA, Justino Mendes de — “Uma Grammática Latina de João de Barros”, in *Euphrosyne*, II, Lisboa, 1959. — “O culto do idioma pátrio”, Sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Jan.-Março, Lisboa, 1968.
- ANSELMO, António Joaquim — e Raul PROENÇA — *bibliografia das obras impressas em Portugal no séc. VI*, B.N.L. (reed.), Lisboa, 1977.
- ASENSIO, Eugénio — *Estudios Portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1979. — “La Lengua compañera del Imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal”, in *Revista de Filologia Española*, XLIII, 1960. Republicado in *Estudios Portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1974. — “Lourenço de Cáceres o el latín al servicio del portugués”, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Fundação Calouste Gulbenkian, II, 2, Lisboa, 1961.
- BAIÃO, António — *Documentos inéditos sobre João de Barros*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1917.
- BARROS, João de — *Da Ásia, dos Feitos, que os Portuguezes fizeram no descubrimento, e conquista dos mares, e Terras do Oriente. Década Terceira. Parte Primeira*. Na Regia Officina Typografica, Lisboa, 1777.

- BATAILLON, Marcel — *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Cultural Portugais, Paris, 1974.
- BELL, Aubrey — *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, Coimbra, 1931.
- BOURDON, Léon — *Jerónimo Osório et Roger Ascham (1553-1568)*.
- BUCETA, E. — “La tendencia a identificar el español con el latín. Un episodio cuatrocentista”, in *Homenaje a Menéndez Pidal*, I, 1926.
- BUENO, Francisco da Silveira — *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1958.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*, Biblioteca Breve, Lisboa, 1979. — “Dois ortografistas portugueses do séc. XVI”, in *Boletim de Filologia*, Lisboa, 1971. — *Gramáticos Portugueses do século XVI*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.
- CARDOSO, Jerónimo — *Oração de Sapiência proferida em louvor de todas as disciplinas*, reprod. fac. simulada da ed. de 1550. Trad. de Miguel Pinto de Menezes. Introd. Doutor Justino Mendes de Almeida, Lisboa, 1965.
- CASTRO, Aníbal Pinto de — *Retórica e Teorização literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Coimbra, 1973. — “Aquiles Estaço, o primeiro comentador peninsular da “Arte Poética” de Horácio”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*. Fundação Calouste Gulbenkian, vol. X, Paris, 1976, p. 38-102.
- CEREJEIRA, M. Gonçalves — *O Renascimento em Portugal*, 2 vols., Coimbra, 1974-1975.
- CINTRA, L. F. Lindley — “Observations sur l’orthographe et la langue de quelques textes non littéraires Galiciens-Portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle” in *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, 1963.

- COELHO, Jacinto do Prado — “Linguística”, in *Dicionário de Literatura*, Figueirinhas Porto, 1973, s/v.
- COUTINHO, Ismael de Lima — *Gramática Histórica*, Livraria Académica, Rio de Janeiro, 1962.
- DIAS, J. Sebastião da Silva — *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Coimbra, 1973.
- FERNANDES, Rogério — *O pensamento pedagógico em Portugal*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.
- GARCIA, José Martins — *As ideias linguísticas em Portugal no séc. XVI*, dissert. de licenciatura em Fil. Românica, dactil., Faculdade de Letras, Lisboa, 1969.
- GONÇALVES, Francisco Rebelo — *Dissertações Camonianas*, São Paulo, 1937. — *Filologia e Literatura*, São Paulo, 1937. — “História da Filologia Portuguesa, I. Os Filólogos Portugueses do séc. XVI”, in *Boletim de Filologia*, IV, 1936.
- GRAMSCI, A. — *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, Einaudi, Torino, 1949. — *Letteratura e vita nazionale*, Einaudi, Torino, 1952.
- GUILLEN, C. — “Literature as System” (1970) in *Literatura as System*, Princeton University Press, Princeton, 1971.
- JONG, M. de — *Um roteiro inédito da Circumnavegação de Fernão de Magalhães*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1937.
- KOHN, Karl — *Las teorías literarias en España y Portugal durante los siglos XV e XVI*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1973.
- LOURO, Estanco — *Gramáticos Portugueses do séc. XVI: F. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D. N. de Leão*, Ressurgimento, Lisboa, s/d.
- MAMCZARC, Irena — “Alcuni aspetti della questione della lingua in Polonia nel cinquecento”, in *Studi sulla questione della lingua presso gli slavi*, Edizioni dell'Ateneo, Roma, 1972.

- MARTINS, José V. de Pina, *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do séc. XVI*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1973. — “Ciceronianismo”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, s/v. — *Cultura Italiana*, Lisboa, 1971. — *Pico della Mirandola e o Humanismo italiano nas origens do humanismo português*, Lisboa, 1964.
- MATOS, Luís de — “Pêro de Magalhães de Gândavo e o Tratado da Província do Brasil”, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, III, Lisboa 1962.
- MATOS, Ricardo Pinto, *Manual Bibliográfico português*, Porto, 1878.
- MENENDEZ PELAYO, Marcelino — *Historia de las ideas estéticas en España*, 2 vols., Madrid, 1974.
- MIGLIORINI, Bruno — “La questione della lingua”, in *Questioni e correnti di storia letteraria*, Marzorati, Milano, 1949.
- NAGEL, Rolf — “Die Orthographieregeln des Pêro de Magalhães de Gândavo”, in *Ausfsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Herausgegeben von Hans Flasche, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster Westfalen, IX, 1969.
- NETO, Serafim da Silva — *Manual de Filologia Portuguesa*, Livraria Académica, Rio de Janeiro, 1957.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá — “Contribuições para a História da Filologia Portuguesa”, in *Congresso do Mundo Português*, Publicações, XIII, Lisboa, 1940.
- PEREIRA FILHO, Emmanuel — “As Regras de Ortografia de Pêro de Magalhães de Gândavo”, in *Revista Brasileira de Filologia*, 6, 1, Rio de Janeiro, 1961. — Ver GÂNDAVO, Pêro Magalhães de — “Gândavo e Luís de Camões”, in *Revista Brasileira de Filologia*, 5, 1-2, Rio de Janeiro, 1959-60. — “As duas versões do Tratado de Pêro de Magalhães de Gândavo”, in *Revista do Brasil*, n.º 21-22, Março-Junho, Rio de Janeiro, 1961.

- PEREIRA, Maria Helena da Rocha — *Temas clássicos na poesia portuguesa*, Verbo, Lisboa, 1972.
- PICCHIO, Ricardo — “Questione della lingua e Slavia Cirillometodiana”, in *Studii sulla questione della lingua preso gli slavi*, Edizioni dell’Ateneo, Roma, 1972.
- PINTO, Rolando Morel — “Gramáticos Portugueses do Renascimento”, in *Revista de Letras*, S. Paulo, 1961 e sep. da *Revista de Portugal — Série A — Língua Port.*, vol. XXVII, Lisboa, 1962.
- RAMALHO, Américo da Costa — *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, 1969. — *Estudos sobre o século XVI*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1980.
- RÉVAH, I.S. — *Études Portugaises*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1975.
- SARAIVA, António José — *História da Cultura em Portugal*, Lisboa, 1950-1960.
- SEGRE, Cesare — “Uno studio sociologico di storia della lingua”, in *Itinerari*, 1956.
- SILVA, Inocêncio da —, *Dicionário bibliográfico português*, Lisboa, 1860.
- SILVA, José Maria da Costa e —, *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, Lisboa, 1861.
- SILVEIRA, Joaquim da — “Gândavo, não Gandavo”, in *Brasília*, III, Coimbra, 1946.
- TAGLIAVINI, Carlo — *Le origini delle lingue Neolatine. Introduzione alla Filologia Romanza*, Riccardo Pàtron, Bologna, 1970. Especialmente: “România perduta e România nuova”, p. 130-133.
- TERRACINI, Lore — “Appunti sulla ‘coscienza linguistica’ nella Spagna del Rinascimento e del secolo d’oro”, in *Cultura Neolatina*, XIX, 1959.
- TEYSSIER, Paul — “La prononciation des voyelles portugaises ao XVI^{me} siècle d’après le systhème orthographique de João de Barros”, in *Annali dell’Istituto*

- Universitario Orientale*, Sez. Romanza, Napoli, 1966, p. 127-128.
- VALIÈRE, Pierre — *Le Voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1976.
- VASCONCELOS, Frazão de — “Ortografistas Portugueses dos séculos XVI a XVIII”, in *Liceus de Portugal*, III, Lisboa, 1932.
- VASCONCELOS, Jorge Ferreira de — *Eufrosina*, ed. Eugenio Asensio, Madrid, 1951.
- VASCONCELOS, José Leite de — “A filologia portuguesa”, in *Opúsculos*, vol IV, Imprensa da Universidade, Coimbra,, 1929.
- VIANA, Hélio — “A primeira versão do *Tratado da Terra do Brasil*”, In *Revista de História*, S. Paulo, 1953.
- VILLEY, Pierre — *Les sources italiennes de la “Défense et Illustration de la langue française”*, Slatkine, Genève, 1969.